

Adelcio Machado dos Santos

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O BRASIL

o pensamento de Ruy Mauro Marini



Adelcio Machado dos Santos

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O BRASIL

o pensamento de Ruy Mauro Marini

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORA NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Romilson Carneiro Rodrigues

Conteudista

Adelcio Machado dos Santos © 2026

Normalização

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237t

Santos, Adelcio Machado dos

A Teoria da Dependência e o Brasil: o pensamento de Ruy Mauro Marini. / Adelcio Machado dos Santos. – São Luís: Editora Novus, 2026.

85 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-46-2

DOI: 10.29327/5866596

1. Teoria da Dependência. 2. Ruy Mauro Marini. 3. Superexploração do trabalho. 4. Subimperialismo. 5. Desenvolvimento brasileiro. I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 330.34(81)

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a Anali Linhares Lima
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellinton de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

Livro dedicado a
Alcides Goularti Filho

"[...] a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes [...]" (MARINI, 1973, s.p.).

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. 1973.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é economista (CORECON/SC 3840) e sociólogo (MT/SC 222)

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento e Administração. Mestre em Relações Internacionais., Bacharel em Ciências Econômicas. Bacharel e Licenciado em Sociologia.

Labora nas seguintes áreas de pesquisa: Economia Política Internacional, Sociologia do Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Regional, Filosofia da Psicanálise, Constitucionalismo, Saúde Coletiva, História da Arte e Desenvolvimento Rural.

Ex: Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina. Militou no "staff" da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE), Associação Keynesiana Brasileira (AKB).

Registrado nas seguintes organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, CRECI, OMB, OAB, CRBio, MT.

Por final, deu a lume a 113 livros, 165 capítulos de livros e 482 artigos científicos.

RESUMO

A presente monografia analisa a Teoria da Dependência a partir do pensamento de Ruy Mauro Marini, destacando suas contribuições para a compreensão da formação histórica do capitalismo dependente no Brasil e na América Latina. O estudo parte da premissa de que a dependência econômica constitui uma condição estrutural produzida pela inserção subordinada das economias periféricas no sistema capitalista mundial. Inicialmente, discute-se o processo histórico de formação do capitalismo dependente latino-americano, enfatizando a herança colonial, a divisão internacional do trabalho e o papel do imperialismo na manutenção das relações de subordinação econômica. Em seguida, são apresentados os fundamentos da Teoria Marxista da Dependência, evidenciando suas críticas ao desenvolvimentismo e às interpretações tradicionais do subdesenvolvimento. A pesquisa dedica especial atenção às formulações de Ruy Mauro Marini, sobretudo aos conceitos de superexploração da força de trabalho e subimperialismo, considerados centrais para a interpretação das particularidades do capitalismo periférico. Além disso, analisa-se a atualidade da teoria da dependência no contexto do século XXI, marcado pela globalização neoliberal, pela financeirização da economia e pela precarização das relações de trabalho. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica fundamentada em obras clássicas e estudos contemporâneos relacionados ao tema. Conclui-se que o pensamento de Ruy Mauro Marini permanece relevante para a compreensão das contradições estruturais do capitalismo brasileiro, oferecendo importantes instrumentos teóricos para a análise das desigualdades sociais, da dependência econômica e das formas contemporâneas de exploração do trabalho nas economias periféricas.

Palavras-chave: Teoria da Dependência. Ruy Mauro Marini. Capitalismo dependente. Superexploração da força de trabalho. América Latina.

ABSTRACT

This monograph analyzes Dependency Theory based on the thought of Ruy Mauro Marini, highlighting his contributions to the understanding of the historical formation of dependent capitalism in Brazil and Latin America. The study is grounded on the premise that economic dependency constitutes a structural condition produced by the subordinate integration of peripheral economies into the global capitalist system. Initially, the historical process of the formation of dependent capitalism in Latin America is discussed, emphasizing the colonial legacy, the international division of labor, and the role of imperialism in maintaining relations of economic subordination. Subsequently, the foundations of Marxist Dependency Theory are presented, emphasizing its critiques of developmentalism and traditional interpretations of underdevelopment. The research pays special attention to the formulations of Ruy Mauro Marini, particularly the concepts of overexploitation of labor power and sub-imperialism, considered central to understanding the specificities of peripheral capitalism. Furthermore, the study examines the contemporary relevance of dependency theory in the context of the twenty-first century, marked by neoliberal globalization, financialization of the economy, and the precarization of labor relations. Methodologically, this is a qualitative research based on bibliographic review supported by classical works and contemporary studies related to the theme. The study concludes that Ruy Mauro Marini's thought remains highly relevant for understanding the structural contradictions of Brazilian capitalism, providing important theoretical tools for analyzing social inequalities, economic dependency, and contemporary forms of labor exploitation in peripheral economies.

Keywords: Dependency Theory. Ruy Mauro Marini. Dependent capitalism. Overexploitation of labor power. Latin America.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	11
INTRODUÇÃO	

CAPÍTULO 2.....	15
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA	
CAPITALISMO, IMPERIALISMO E EXPANSÃO INTERNACIONAL DO CAPITAL.....	19
A INSERÇÃO PERIFÉRICA DA AMÉRICA LATINA NA ECONOMIA MUNDIAL.....	22
O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE NO BRASIL.....	25
DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E SUBDESENVOLVIMENTO.....	29

CAPÍTULO 3.....	33
A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	
ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	36
O PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO.....	40
DEPENDÊNCIA E EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO.....	43
A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E A DINÂMICA DO SISTEMA MUNDIAL.....	46

CAPÍTULO 4.....	50
O PENSAMENTO DE RUY MAURO MARINI	
TRAJETÓRIA INTELECTUAL E CONTEXTO HISTÓRICO DE RUY MAURO MARINI.....	53
A CATEGORIA DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	56
SUBIMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.....	59
CRÍTICAS DE MARINI AO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO.....	63

CAPÍTULO 5.....	67
A ATUALIDADE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
DEPENDÊNCIA FINANCEIRA E GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA.....	68
NEOLIBERALISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL.....	71
A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SÉCULO XXI.....	74

CAPÍTULO 6.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	

REFERÊNCIAS	80
ÍNDICE REMISSIVO	83

Capítulo 1

INTRODUÇÃO



A compreensão das relações econômicas, políticas e sociais estabelecidas entre os países centrais e periféricos do capitalismo constitui uma das principais preocupações das ciências sociais latino-americanas ao longo do século XX. Nesse contexto, a Teoria da Dependência emerge como uma importante corrente de interpretação crítica da realidade latino-americana, propondo uma análise estrutural das condições históricas que mantiveram os países da periferia subordinados aos interesses das economias centrais. Entre os principais formuladores dessa perspectiva destaca-se Ruy Mauro Marini, intelectual brasileiro cuja obra consolidou importantes categorias analíticas para compreender as contradições do capitalismo dependente na América Latina, especialmente no Brasil.

O debate acerca da dependência econômica ganhou força sobretudo a partir das décadas de 1950 e 1960, em um período marcado pela intensificação do processo de industrialização latino-americana, pela expansão do capital internacional e pelas disputas ideológicas da Guerra Fria. Naquele momento, diversos intelectuais passaram a questionar as teses desenvolvimentistas difundidas por organismos internacionais e por setores das elites nacionais, que defendiam a industrialização como caminho automático para o desenvolvimento econômico e para a superação do subdesenvolvimento. Em oposição a essa perspectiva, os teóricos da dependência argumentavam que o subdesenvolvimento não representava uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas sim uma condição estrutural produzida pela própria dinâmica do capitalismo mundial.

Nesse cenário, o pensamento de Ruy Mauro Marini assume grande relevância ao desenvolver uma interpretação marxista da dependência, fundamentada na crítica à lógica de acumulação do capital nas economias periféricas. Para Marini, o capitalismo dependente latino-americano não reproduz simplesmente o modelo dos países centrais, mas possui mecanismos próprios de exploração e reprodução econômica, articulados à divisão internacional do trabalho e às necessidades de expansão do capital monopolista internacional. Assim, a dependência não pode ser entendida apenas como uma relação externa entre nações, mas como uma estrutura interna de organização econômica e social que condiciona a dinâmica política e produtiva dos países periféricos.

Entre as principais contribuições teóricas de Marini encontra-se o conceito de superexploração da força de trabalho, categoria central para a compreensão das particularidades do capitalismo dependente. Segundo o autor, as economias periféricas compensam sua posição subordinada na economia mundial mediante a intensificação da exploração dos trabalhadores, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, pela intensificação do ritmo produtivo ou pela remuneração abaixo do valor necessário à reprodução da força de trabalho. Dessa forma, a superexploração constitui um mecanismo estrutural de acumulação do capitalismo dependente, permitindo a transferência de valor das economias periféricas para os países centrais.

Além disso, Marini elaborou importantes reflexões acerca do subimperialismo brasileiro, conceito utilizado para analisar a posição assumida pelo Brasil no contexto latino-americano durante o processo de expansão industrial e militar ocorrido principalmente a partir da década de 1960. Para o autor, o Brasil passou a exercer uma função intermediária no sistema capitalista internacional, reproduzindo regionalmente práticas de dominação econômica e política subordinadas aos interesses do imperialismo central, sobretudo dos Estados Unidos. Tal interpretação contribui significativamente para a compreensão das relações

internacionais brasileiras e dos limites estruturais do desenvolvimento nacional.

A atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini torna-se ainda mais evidente diante das transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas. A intensificação da globalização financeira, a reestruturação produtiva, o avanço das políticas neoliberais e o crescimento das desigualdades sociais recolocaram em evidência debates relacionados à dependência econômica, à precarização do trabalho e à soberania nacional. No caso brasileiro, questões como a reprimarização da economia, a vulnerabilidade externa, a financeirização e a persistência das desigualdades sociais demonstram que muitos dos problemas analisados pela Teoria Marxista da Dependência continuam presentes no século XXI.

Dessa maneira, estudar o pensamento de Ruy Mauro Marini permite compreender não apenas os fundamentos históricos da dependência latino-americana, mas também os desafios contemporâneos enfrentados pelo Brasil diante das transformações do capitalismo global. Sua obra oferece instrumentos teóricos relevantes para analisar as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, centro e periferia, capital internacional e exploração do trabalho, possibilitando uma interpretação crítica das estruturas econômicas e sociais brasileiras.

A escolha do tema desta pesquisa justifica-se pela importância histórica e intelectual da Teoria Marxista da Dependência no pensamento social latino-americano, bem como pela necessidade de aprofundar os estudos sobre as contribuições de Ruy Mauro Marini para a interpretação da realidade brasileira. Embora suas formulações tenham sido amplamente debatidas nas décadas de 1960 e 1970, observa-se que, durante determinado período, parte significativa de sua produção foi marginalizada nos debates acadêmicos nacionais, especialmente em razão do contexto político autoritário instaurado após o golpe civil-militar de 1964. Entretanto, nas últimas décadas, verifica-se uma retomada do interesse pelas categorias desenvolvidas por Marini, sobretudo em função da permanência das desigualdades estruturais e das contradições do capitalismo periférico.

Nesse sentido, a presente monografia busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira o pensamento de Ruy Mauro Marini contribui para a compreensão da formação e da permanência da dependência econômica brasileira no contexto do capitalismo mundial? A partir dessa problemática, parte-se da hipótese de que as categorias analíticas desenvolvidas por Marini, especialmente os conceitos de superexploração da força de trabalho e subimperialismo, permanecem relevantes para interpretar as dinâmicas econômicas, sociais e políticas do Brasil contemporâneo.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a Teoria da Dependência a partir do pensamento de Ruy Mauro Marini, destacando suas principais contribuições para a compreensão da formação histórica do capitalismo dependente brasileiro. Como objetivos específicos, pretende-se: discutir o processo histórico de formação da dependência econômica na América Latina; apresentar os fundamentos teóricos da Teoria Marxista da Dependência; analisar os principais conceitos formulados por Marini; e refletir sobre a atualidade de suas interpretações diante dos desafios econômicos e sociais do Brasil contemporâneo.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise teórica. Para tanto, serão utilizadas obras clássicas de Ruy Mauro Marini, bem como produções acadêmicas de autores que dialogam com a Teoria da

Dependência e com o pensamento marxista latino-americano. Também serão analisados artigos científicos, livros, dissertações e teses relacionados ao tema, buscando construir uma interpretação crítica e fundamentada acerca da dependência no Brasil.

A estrutura desta monografia está organizada em quatro capítulos principais, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo aborda a formação histórica do capitalismo dependente na América Latina, discutindo o processo de inserção periférica da região na economia mundial e as características do desenvolvimento dependente brasileiro. O segundo capítulo apresenta os fundamentos teóricos da Teoria Marxista da Dependência, enfatizando suas origens, seus principais autores e suas críticas ao desenvolvimentismo. O terceiro capítulo dedica-se especificamente à análise do pensamento de Ruy Mauro Marini, explorando conceitos centrais como superexploração da força de trabalho, subimperialismo e dependência estrutural. Por fim, o quarto capítulo discute a atualidade da teoria da dependência no contexto brasileiro contemporâneo, considerando temas como neoliberalismo, precarização do trabalho e globalização econômica.

Assim, esta pesquisa pretende contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre a Teoria Marxista da Dependência e sobre o pensamento de Ruy Mauro Marini, evidenciando a relevância de suas formulações para a compreensão das contradições históricas e estruturais do capitalismo brasileiro. Em um contexto marcado pela persistência das desigualdades sociais, pela vulnerabilidade econômica e pela intensificação das relações de dependência no cenário global, revisitar a obra de Marini constitui não apenas um exercício de análise histórica, mas também uma importante ferramenta crítica para refletir sobre os desafios do desenvolvimento nacional e sobre as possibilidades de transformação social na América Latina.

Capítulo 2

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA



A formação histórica do capitalismo dependente na América Latina constitui um dos principais temas de análise das ciências sociais latino-americanas, especialmente no âmbito da economia política e da sociologia crítica. A compreensão das estruturas econômicas e sociais da região exige o reconhecimento de que o desenvolvimento latino-americano ocorreu de maneira subordinada às dinâmicas do capitalismo internacional, sendo profundamente marcado pela inserção periférica dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, a dependência econômica não representa um fenômeno circunstancial ou temporário, mas uma condição estrutural historicamente construída desde o período colonial e continuamente reproduzida ao longo da expansão do sistema capitalista mundial.

A América Latina integrou-se ao capitalismo internacional a partir de uma lógica de exploração voltada prioritariamente para atender às necessidades das economias centrais europeias. Desde o século XVI, com a expansão marítima e comercial das potências ibéricas, os territórios latino-americanos passaram a desempenhar a função de fornecedores de matérias-primas, metais preciosos e produtos agrícolas destinados ao mercado externo. Tal inserção econômica consolidou estruturas produtivas voltadas para exportação e fortaleceu relações sociais profundamente desiguais, baseadas na concentração fundiária, no trabalho compulsório e na subordinação política das colônias aos interesses metropolitanos.

O processo colonial desempenhou papel fundamental na constituição das bases econômicas e sociais da dependência latino-americana. A exploração colonial não apenas garantiu a acumulação primitiva de capital nas economias europeias, mas também condicionou o desenvolvimento das estruturas produtivas periféricas, impedindo a formação de economias nacionais autônomas e diversificadas. A monocultura exportadora, a escravidão africana e o extrativismo mineral tornaram-se elementos centrais da organização econômica da região, produzindo sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais e forte concentração de riqueza.

Mesmo após os processos de independência política ocorridos no século XIX, os países latino-americanos mantiveram sua posição subordinada no cenário internacional. A ruptura com as metrópoles coloniais não significou a superação das estruturas econômicas dependentes, uma vez que as novas nações continuaram vinculadas ao mercado internacional como exportadoras de produtos primários e importadoras de bens manufaturados. Nesse período, a influência econômica da Inglaterra tornou-se predominante na região, substituindo parcialmente o domínio colonial ibérico por formas de dependência financeira e comercial articuladas ao capitalismo industrial britânico.

A consolidação do capitalismo industrial europeu e posteriormente norte-americano aprofundou as relações desiguais entre centro e periferia. A divisão internacional do trabalho passou a atribuir às economias centrais a produção industrial de maior valor agregado, enquanto os países latino-americanos permaneceram especializados na exportação de commodities agrícolas e minerais. Tal dinâmica gerou um padrão de desenvolvimento caracterizado pela vulnerabilidade externa, pela dependência tecnológica e pela instabilidade econômica decorrente das oscilações do mercado internacional.

No caso latino-americano, o desenvolvimento do capitalismo ocorreu de

maneira distinta daquela observada nos países centrais. Enquanto na Europa o capitalismo industrial esteve associado à formação de mercados internos relativamente integrados, à expansão tecnológica e ao fortalecimento das burguesias nacionais, na América Latina o desenvolvimento econômico permaneceu condicionado aos interesses externos e às necessidades de acumulação do capital internacional. Essa particularidade levou diversos intelectuais latino-americanos a questionarem as interpretações evolucionistas que concebiam o subdesenvolvimento como uma etapa transitória rumo ao desenvolvimento.

Durante grande parte do século XX, especialmente após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, alguns países latino-americanos passaram a adotar políticas de industrialização por substituição de importações. Tal estratégia buscava reduzir a dependência em relação aos produtos industrializados estrangeiros e estimular o desenvolvimento da indústria nacional. No Brasil, no México e na Argentina, por exemplo, o Estado assumiu papel central na promoção da industrialização, ampliando investimentos em infraestrutura, energia e setores industriais estratégicos.

Apesar dos avanços industriais obtidos nesse período, a industrialização latino-americana não rompeu com as estruturas da dependência. Ao contrário, muitos autores argumentam que o desenvolvimento industrial ocorreu de forma subordinada ao capital internacional, reforçando a dependência tecnológica, financeira e produtiva das economias periféricas. A presença crescente de empresas multinacionais, a necessidade de financiamento externo e a importação de tecnologias estrangeiras demonstraram que a industrialização dependente mantinha vínculos estruturais com o capitalismo central.

Foi nesse contexto que emergiu a Teoria da Dependência, desenvolvida principalmente entre as décadas de 1960 e 1970 por intelectuais latino-americanos que buscavam interpretar criticamente as limitações do desenvolvimento regional. Diferentemente das perspectivas desenvolvimentistas associadas à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), os teóricos da dependência defendiam que o subdesenvolvimento latino-americano não era resultado da ausência de capitalismo, mas consequência direta da forma específica de integração da região ao sistema capitalista mundial.

Entre os principais formuladores dessa perspectiva destacam-se autores como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank. Esses intelectuais desenvolveram análises fundamentadas no marxismo e na crítica à economia política tradicional, enfatizando que a dependência representava uma relação estrutural de subordinação entre economias centrais e periféricas. Para esses autores, o desenvolvimento das economias centrais estava diretamente associado à exploração e ao subdesenvolvimento das regiões periféricas.

No pensamento de Ruy Mauro Marini, a dependência latino-americana manifesta-se por meio de mecanismos específicos de exploração econômica que garantem a transferência de valor para os países centrais. Entre esses mecanismos destaca-se a superexploração da força de trabalho, conceito que explica como as economias dependentes compensam sua posição subordinada mediante o aumento da exploração dos trabalhadores. Assim, o capitalismo dependente caracteriza-se pela combinação entre modernização econômica e intensificação das desigualdades sociais, revelando as contradições estruturais do desenvolvi-

mento periférico.

A formação histórica do capitalismo dependente também esteve profundamente associada à atuação das elites econômicas latino-americanas. Em muitos casos, os grupos dominantes locais estabeleceram alianças com o capital estrangeiro e com interesses imperialistas, contribuindo para a manutenção de estruturas econômicas voltadas à exportação e à concentração de renda. Essa articulação entre burguesias nacionais e capital internacional dificultou a construção de projetos autônomos de desenvolvimento e reforçou a subordinação das economias latino-americanas aos interesses externos.

Outro elemento fundamental para compreender a formação do capitalismo dependente na América Latina refere-se à influência do imperialismo. Ao longo do século XX, especialmente após a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial, os países latino-americanos passaram a sofrer crescente intervenção política, econômica e militar norte-americana. O controle sobre recursos estratégicos, os investimentos estrangeiros e o apoio a regimes autoritários demonstraram como o imperialismo atuou diretamente na manutenção da dependência regional.

No Brasil, a formação do capitalismo dependente apresenta características específicas relacionadas à herança colonial, à escravidão e ao processo tardio de industrialização. A economia brasileira estruturou-se historicamente em torno da exportação de produtos primários, como açúcar, café e minério, consolidando relações sociais profundamente desiguais. Mesmo durante o processo de industrialização do século XX, o país manteve forte dependência tecnológica e financeira em relação aos centros capitalistas internacionais.

Além disso, o desenvolvimento capitalista brasileiro esteve marcado pela concentração fundiária, pela exclusão social e pela precarização das relações de trabalho. Tais elementos contribuíram para a reprodução de um modelo econômico dependente, incapaz de promover desenvolvimento social amplo e distribuição equitativa de riqueza. Nesse sentido, a análise da formação histórica do capitalismo dependente no Brasil permite compreender as raízes estruturais de problemas contemporâneos como desigualdade social, vulnerabilidade econômica e precarização do trabalho.

A partir das décadas finais do século XX, o avanço da globalização neoliberal intensificou novas formas de dependência econômica na América Latina. A abertura comercial, a financeirização da economia e a desregulamentação dos mercados ampliaram a vulnerabilidade externa das economias periféricas, reforçando a subordinação ao capital financeiro internacional. Ao mesmo tempo, observou-se o crescimento da precarização laboral, do desemprego estrutural e da reprimarização econômica em diversos países latino-americanos.

Dessa forma, compreender a formação histórica do capitalismo dependente na América Latina significa analisar um processo complexo e multidimensional, marcado pela articulação entre colonialismo, imperialismo, exploração econômica e desigualdade social. A dependência não pode ser entendida apenas como resultado de fatores externos, mas como uma estrutura historicamente construída e reproduzida por relações internas e internacionais de poder.

Nesse sentido, este capítulo propõe discutir os principais elementos históricos e estruturais que contribuíram para a formação do capitalismo dependente latino-americano. Inicialmente, será abordado o processo de expansão

do capitalismo e a inserção periférica da América Latina na economia mundial. Em seguida, serão analisadas as particularidades do desenvolvimento industrial dependente, especialmente no contexto brasileiro. Por fim, serão discutidas as contribuições da Teoria Marxista da Dependência para a compreensão das contradições estruturais do capitalismo latino-americano, enfatizando a relevância das formulações de Ruy Mauro Marini para a interpretação da realidade brasileira e latino-americana.

CAPITALISMO, IMPERIALISMO E EXPANSÃO INTERNACIONAL DO CAPITAL

A compreensão da formação histórica do capitalismo dependente na América Latina exige, inicialmente, a análise do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e de sua relação intrínseca com o imperialismo e a expansão internacional do capital. O capitalismo consolidou-se historicamente como um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho assalariado e na acumulação contínua de capital. Contudo, sua expansão não ocorreu de maneira homogênea entre as diferentes regiões do mundo. Desde sua origem, o capitalismo desenvolveu-se de forma desigual e combinada, produzindo relações assimétricas entre países centrais e periféricos, sobretudo por meio da colonização, da exploração econômica e da subordinação política das regiões periféricas aos interesses das potências dominantes.

O processo de expansão capitalista iniciou-se entre os séculos XV e XVI, com a consolidação das grandes navegações europeias e a ampliação das rotas comerciais internacionais. Esse movimento esteve diretamente associado à transição do feudalismo para o capitalismo mercantil, permitindo a formação de mercados internacionais e a acumulação primitiva de capital nas economias europeias. Segundo Karl Marx, a acumulação primitiva constituiu um processo violento de expropriação dos produtores diretos, de expansão colonial e de saque das riquezas das regiões periféricas, criando as bases necessárias para o desenvolvimento do capitalismo industrial (Marx, 2013).

Nesse contexto, a colonização da América Latina desempenhou papel central na consolidação do capitalismo europeu. As colônias latino-americanas foram incorporadas à economia mundial como espaços de exploração econômica voltados à extração de metais preciosos, à produção agrícola exportadora e ao fornecimento de matérias-primas para o mercado europeu. A exploração colonial permitiu o fortalecimento econômico das metrópoles europeias e contribuiu para a formação de uma divisão internacional do trabalho baseada na subordinação das colônias aos interesses externos. Conforme argumenta Eduardo Galeano, a história econômica da América Latina foi marcada pela transferência contínua de riqueza para os centros capitalistas, processo que condicionou o desenvolvimento desigual da região (Galeano, 2010).

A expansão do capitalismo comercial e posteriormente industrial esteve profundamente associada à construção de relações imperialistas. O imperialismo pode ser compreendido como a fase de expansão e dominação do capitalismo sobre territórios e economias periféricas, envolvendo mecanismos econômicos, políticos e militares destinados à ampliação da acumulação capitalista. No final do século XIX e início do século XX, o avanço do capitalismo monopolista

intensificou a disputa entre as grandes potências pela conquista de mercados consumidores, fontes de matérias-primas e áreas de investimento.

Uma das interpretações clássicas sobre o imperialismo foi desenvolvida por Vladimir Lenin em sua obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Para Lenin (2021), o imperialismo representa uma etapa específica do capitalismo caracterizada pela concentração monopolista do capital, pela fusão entre capital bancário e industrial, pela exportação de capitais e pela partilha econômica e territorial do mundo entre grandes potências. Nessa perspectiva, a expansão imperialista não constitui um fenômeno secundário, mas uma necessidade estrutural do capitalismo monopolista, cuja dinâmica de acumulação exige a constante incorporação de novos mercados e fontes de lucro.

De maneira semelhante, Rosa Luxemburg argumentava que o capitalismo depende permanentemente da incorporação de regiões não capitalistas para garantir sua reprodução ampliada. Segundo Luxemburg (1985), o imperialismo representa a busca incessante do capital por novos espaços de exploração econômica, sendo a expansão colonial um elemento indispensável à continuidade do processo de acumulação capitalista. Dessa forma, as economias periféricas tornam-se fundamentais para a sobrevivência e expansão do sistema capitalista global.

No caso da América Latina, o imperialismo assumiu características específicas relacionadas à posição subordinada da região na divisão internacional do trabalho. Após os processos de independência política ocorridos no século XIX, os países latino-americanos mantiveram estruturas econômicas voltadas à exportação de produtos primários e à dependência financeira externa. Embora tenham conquistado autonomia formal em relação às metrópoles ibéricas, as novas nações permaneceram economicamente subordinadas às potências capitalistas centrais, especialmente à Inglaterra e, posteriormente, aos Estados Unidos.

Durante o século XIX, a hegemonia britânica consolidou relações de dependência comercial e financeira na América Latina. A Inglaterra tornou-se a principal fornecedora de produtos manufaturados e financiadora das economias latino-americanas, ampliando sua influência por meio de empréstimos, investimentos em infraestrutura e controle do comércio exterior. Conforme destaca Caio Prado Júnior, a economia latino-americana manteve-se organizada para atender às necessidades do mercado internacional, reproduzindo estruturas produtivas voltadas à exportação e limitando a formação de mercados internos autônomos (Prado Júnior, 2011).

A partir do final do século XIX e sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram posição hegemônica na economia mundial e intensificaram sua influência sobre a América Latina. O imperialismo norte-americano passou a atuar não apenas economicamente, mas também politicamente e militarmente na região, buscando garantir estabilidade favorável aos interesses do capital estadunidense. Intervenções militares, apoio a golpes de Estado e financiamento de regimes autoritários tornaram-se instrumentos utilizados para preservar a ordem capitalista dependente na América Latina.

Nesse contexto, diversos intelectuais latino-americanos passaram a desenvolver análises críticas acerca das relações entre capitalismo, imperialismo e dependência. A Teoria Marxista da Dependência emergiu justamente como uma tentativa de compreender as especificidades do desenvolvimento capitalista pe-

riférico e as formas pelas quais o imperialismo condicionava as economias latino-americanas. Entre os principais autores dessa corrente destaca-se Ruy Mauro Marini, cuja obra buscou interpretar a dependência como elemento estrutural do capitalismo latino-americano.

Segundo Marini (2017), o desenvolvimento capitalista na periferia não representa uma etapa atrasada do capitalismo central, mas uma forma específica e subordinada de inserção na economia mundial. O autor argumenta que a dependência constitui uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual as relações de produção das economias periféricas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Assim, o imperialismo não atua apenas externamente, mas influencia diretamente a organização econômica e social dos países dependentes.

Uma das principais contribuições de Marini refere-se à análise da superexploração da força de trabalho como mecanismo fundamental do capitalismo dependente. De acordo com o autor, as economias periféricas compensam as perdas decorrentes das trocas desiguais no mercado internacional mediante a intensificação da exploração do trabalho. Tal processo ocorre por meio do aumento da jornada laboral, da intensificação do ritmo de trabalho e da redução salarial abaixo do necessário para a reprodução da força de trabalho (Marini, 2017).

A relação entre imperialismo e superexploração demonstra que a expansão internacional do capital não se limita à circulação de mercadorias e investimentos, mas envolve também a reprodução de estruturas sociais profundamente desiguais. Nas economias dependentes, o desenvolvimento capitalista ocorre simultaneamente à manutenção da pobreza, da concentração de renda e da exclusão social. Isso evidencia que o capitalismo periférico não reproduz integralmente as condições observadas nos países centrais, possuindo contradições próprias derivadas de sua posição subordinada no sistema mundial.

Outro aspecto relevante da expansão internacional do capital refere-se à internacionalização das empresas monopolistas e à consolidação das corporações transnacionais ao longo do século XX. A crescente presença de multinacionais nas economias periféricas ampliou a dependência tecnológica e financeira dos países latino-americanos, especialmente durante os processos de industrialização por substituição de importações. Embora a industrialização tenha promovido certo crescimento econômico em alguns países da região, ela ocorreu de maneira subordinada ao capital estrangeiro, limitando a autonomia produtiva e tecnológica das economias nacionais (Galeano, 2010).

Segundo Theotonio dos Santos, a dependência tecnológica constitui um dos principais mecanismos contemporâneos de reprodução do imperialismo, pois impede que os países periféricos desenvolvam capacidade autônoma de inovação e produção industrial avançada (Dos Santos, 2015). Dessa forma, a expansão internacional do capital reforça a transferência de valor das economias periféricas para os centros capitalistas, perpetuando relações estruturais de subordinação econômica.

Nas últimas décadas, a globalização neoliberal intensificou novas formas de expansão internacional do capital. A liberalização financeira, a abertura comercial e a flexibilização das legislações trabalhistas ampliaram a mobilidade do capital internacional e fortaleceram o poder das instituições financeiras globais. Conforme argumenta David Harvey, o neoliberalismo consolidou uma nova fase

do imperialismo baseada na financeirização da economia e na acumulação por espoliação, ampliando as desigualdades sociais e aprofundando a vulnerabilidade das economias periféricas (Harvey, 2005).

Na América Latina, Lenin (2021) argumenta que os impactos do neoliberalismo se manifestaram por meio do aumento da dívida externa, da privatização de empresas estatais, da reprimarização econômica e da precarização do trabalho. Essas transformações demonstram que, mesmo diante das mudanças ocorridas no capitalismo global, as estruturas de dependência permanecem presentes e continuam condicionando o desenvolvimento econômico da região. Nesse sentido, as formulações da Teoria Marxista da Dependência mantêm significativa atualidade para a compreensão das contradições do capitalismo contemporâneo.

Além disso, o imperialismo contemporâneo não se restringe às formas clássicas de ocupação territorial ou intervenção militar direta. Atualmente, mecanismos financeiros, tecnológicos, midiáticos e institucionais desempenham papel central na manutenção da hegemonia das potências capitalistas centrais. Organismos internacionais, tratados econômicos e empresas transnacionais atuam como instrumentos de consolidação da ordem capitalista global, limitando a soberania econômica dos países periféricos e condicionando suas políticas internas às exigências do capital internacional.

Dessa maneira, Galeano (2010) reitera que a relação entre capitalismo, imperialismo e expansão internacional do capital revela a natureza profundamente desigual do sistema capitalista mundial. A expansão do capital produziu desenvolvimento econômico e tecnológico em algumas regiões do mundo, mas também gerou exploração, dependência e subdesenvolvimento em amplas áreas periféricas. A América Latina constitui exemplo emblemático desse processo histórico, tendo sido integrada ao capitalismo mundial de forma subordinada e dependente desde o período colonial.

A INSERÇÃO PERIFÉRICA DA AMÉRICA LATINA NA ECONOMIA MUNDIAL

A inserção da América Latina na economia mundial ocorreu de forma subordinada e dependente, constituindo um dos elementos centrais para a compreensão da formação histórica do capitalismo periférico na região. Desde o período colonial, as economias latino-americanas foram organizadas para atender às demandas externas das potências centrais, inicialmente europeias e, posteriormente, norte-americanas. Essa integração desigual ao mercado mundial consolidou estruturas econômicas voltadas à exportação de produtos primários, à exploração intensiva da força de trabalho e à transferência sistemática de riqueza para os países centrais do capitalismo. Nesse sentido, a dependência latino-americana não pode ser compreendida como um fenômeno conjuntural, mas como resultado de um processo histórico profundamente vinculado à expansão do capitalismo mundial.

A expansão marítima europeia entre os séculos XV e XVI marcou o início da integração da América Latina ao sistema econômico internacional. A colonização ibérica estruturou-se a partir da exploração dos recursos naturais e da utilização dos territórios coloniais como espaços de acumulação de riquezas destinadas às metrópoles europeias. Segundo Caio Prado Júnior, a colonização latino-americana-

na possuía um “sentido econômico” voltado essencialmente para o mercado externo, de modo que as atividades produtivas desenvolvidas nas colônias estavam subordinadas às necessidades do comércio internacional (Prado Júnior, 2011).

A exploração colonial promoveu a constituição de economias especializadas na produção de gêneros agrícolas tropicais e na extração de metais preciosos. Produtos como açúcar, ouro, prata, café e posteriormente borracha passaram a integrar o circuito internacional de mercadorias controlado pelas potências europeias. Conforme argumenta Fernando Novais, o sistema colonial constituiu parte fundamental da acumulação primitiva de capital que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo europeu (Novais, 2005). Dessa forma, a riqueza produzida nas colônias latino-americanas desempenhou papel estratégico na consolidação econômica das nações centrais.

A divisão internacional do trabalho estabelecida durante o período colonial criou uma relação estruturalmente desigual entre centro e periferia. Enquanto as economias europeias avançavam em direção à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico, a América Latina permanecia especializada na produção de matérias-primas e produtos agrícolas. Essa condição impediu o desenvolvimento de estruturas produtivas diversificadas e reforçou a dependência econômica das colônias em relação às metrópoles. Para Celso Furtado, o subdesenvolvimento latino-americano não decorre de um atraso histórico natural, mas da própria forma de inserção da região na economia capitalista mundial (Furtado, 2007).

A independência política das nações latino-americanas ao longo do século XIX não representou uma ruptura efetiva com a lógica econômica dependente. Embora os países da região tenham conquistado autonomia formal em relação às metrópoles ibéricas, suas economias continuaram vinculadas ao mercado internacional como exportadoras de produtos primários. Além disso, o capital britânico passou a exercer forte influência sobre a região, sobretudo por meio de empréstimos, investimentos em infraestrutura e controle do comércio exterior. Segundo Eric Hobsbawm, a Inglaterra consolidou-se como potência hegemônica mundial durante o século XIX, estabelecendo relações comerciais profundamente desiguais com as regiões periféricas (Hobsbawm, 2014).

Nesse período, consolidou-se na América Latina o modelo agroexportador, baseado na produção de commodities destinadas ao mercado externo. As elites agrárias locais tornaram-se aliadas estratégicas do capital estrangeiro, contribuindo para a manutenção de estruturas econômicas dependentes e socialmente excludentes. A concentração fundiária, o trabalho precário e a baixa integração dos mercados internos tornaram-se características marcantes das economias latino-americanas. Conforme observa Florestan Fernandes, as burguesias latino-americanas desenvolveram-se de forma subordinada ao capital internacional, sem promover transformações estruturais profundas nas relações sociais herdadas do período colonial (Fernandes, 2009).

A inserção periférica da América Latina aprofundou-se com a consolidação do capitalismo industrial europeu e norte-americano no final do século XIX e início do século XX. A industrialização das economias centrais ampliou a demanda por matérias-primas e alimentos produzidos na periferia, reforçando a especialização produtiva latino-americana. Simultaneamente, os países da região passaram a importar produtos industrializados de maior valor agregado, estabelecendo uma relação comercial estruturalmente desfavorável.

A CEPAL, especialmente por meio das formulações de Raúl Prebisch, demonstrou que o comércio internacional reproduzia relações desiguais entre centro e periferia. Segundo Prebisch, os países periféricos sofriam deterioração dos termos de troca, uma vez que os preços dos produtos primários tendiam a cair em relação aos produtos industrializados importados das economias centrais (Prebisch, 2000). Essa dinâmica limitava a capacidade de acumulação interna e aprofundava a dependência econômica da América Latina.

A crise de 1929 representou um marco importante na história econômica latino-americana, pois evidenciou a vulnerabilidade das economias exportadoras diante das oscilações do mercado internacional. A redução da demanda externa e a queda dos preços das commodities provocaram graves crises econômicas e sociais na região. Como resposta, diversos países latino-americanos passaram a adotar políticas de industrialização por substituição de importações, buscando reduzir a dependência em relação aos produtos manufaturados estrangeiros.

No Brasil, no México e na Argentina, o Estado assumiu papel central na promoção da industrialização, ampliando investimentos em infraestrutura, energia e indústrias de base. Contudo, embora a industrialização tenha promovido certo crescimento econômico, ela não rompeu com a condição dependente das economias latino-americanas. Pelo contrário, a expansão industrial ocorreu em grande medida subordinada ao capital estrangeiro, especialmente às empresas multinacionais norte-americanas e europeias.

Foi nesse contexto que emergiram as formulações da Teoria da Dependência, desenvolvidas por intelectuais latino-americanos que buscavam interpretar criticamente os limites do desenvolvimento regional. Diferentemente das perspectivas desenvolvimentistas, os teóricos da dependência argumentavam que o subdesenvolvimento não representava uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição produzida pela própria dinâmica do capitalismo mundial. Entre os principais representantes dessa corrente destacam-se Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank.

Segundo Theotonio dos Santos, a dependência caracteriza-se como uma situação em que a economia de determinados países está condicionada ao desenvolvimento e à expansão de outra economia à qual se encontra subordinada (Dos Santos, 1978). Dessa forma, o crescimento econômico das economias periféricas ocorre de maneira articulada aos interesses das economias centrais, reproduzindo relações de exploração e transferência de valor.

No pensamento de Ruy Mauro Marini, a inserção periférica da América Latina no capitalismo mundial manifesta-se por meio de mecanismos específicos de exploração econômica. Marini argumenta que as economias dependentes compensam sua posição subordinada mediante a superexploração da força de trabalho, isto é, pela intensificação da exploração dos trabalhadores além dos limites observados nas economias centrais (Marini, 2011). Esse processo permite ampliar a transferência de excedentes econômicos para os países centrais, ao mesmo tempo em que aprofunda as desigualdades sociais internas.

Além da superexploração, Marini (2011) destaca que a dependência latino-americana está relacionada à transferência de valor produzida pelas trocas desiguais no mercado internacional. As economias periféricas exportam produtos de baixo valor agregado e importam bens industrializados e tecnologia produzidos nos centros capitalistas, perpetuando relações econômicas assimétricas. Tal di-

nâmica impede a consolidação de um desenvolvimento autônomo e reproduz continuamente a vulnerabilidade externa dos países latino-americanos.

A inserção periférica da América Latina também esteve associada ao imperialismo, especialmente à hegemonia exercida pelos Estados Unidos ao longo do século XX. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidaram sua influência econômica, política e militar sobre a região, intervindo diretamente em processos políticos internos e apoiando regimes autoritários alinhados aos interesses norte-americanos. Segundo Eduardo Galeano, a história latino-americana foi marcada pela contínua exploração de suas riquezas em benefício das potências estrangeiras, processo que contribuiu para a manutenção do subdesenvolvimento regional (Galeano, 2010).

Durante as décadas de 1980 e 1990, a crise da dívida externa e o avanço das políticas neoliberais aprofundaram ainda mais a dependência latino-americana. Sob orientação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, diversos países da região implementaram políticas de abertura comercial, privatizações e desregulamentação econômica. Essas medidas ampliaram a vulnerabilidade financeira das economias periféricas e fortaleceram a subordinação ao capital internacional.

A globalização econômica intensificou novas formas de dependência associadas à financeirização da economia mundial. O capital financeiro internacional passou a exercer crescente influência sobre as políticas econômicas nacionais, limitando a autonomia dos Estados periféricos. Segundo David Harvey, o neoliberalismo consolidou mecanismos globais de acumulação por espoliação, aprofundando desigualdades sociais e ampliando a concentração de riqueza em escala internacional (Harvey, 2008).

No século XXI, apesar de transformações econômicas e políticas ocorridas em diversos países latino-americanos, a inserção periférica da região na economia mundial permanece evidente. Para Harvey (2008) a reprimarização das exportações, a dependência tecnológica e a vulnerabilidade financeira continuam caracterizando grande parte das economias latino-americanas. Além disso, a expansão das cadeias globais de valor reforçou formas de inserção subordinada, nas quais os países periféricos permanecem responsáveis pelas etapas menos valorizadas da produção internacional.

No caso brasileiro, a dependência econômica manifesta-se na forte participação das commodities na pauta exportadora, na dependência de investimentos estrangeiros e na limitada capacidade de desenvolvimento tecnológico autônomo. Mesmo sendo uma das maiores economias da América Latina, o Brasil continua inserido de maneira subordinada no sistema capitalista global, reproduzindo desigualdades históricas e limitações estruturais ao desenvolvimento nacional.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE NO BRASIL

O processo de industrialização brasileiro constitui um dos fenômenos mais relevantes para a compreensão da formação econômica e social do país ao longo do século XX. Entretanto, diferentemente do desenvolvimento industrial ocorrido nos países centrais do capitalismo, a industrialização brasileira desenvolveu-se de maneira subordinada às dinâmicas do capital internacional, preservando

estruturas históricas de dependência econômica, tecnológica e financeira. Nesse sentido, a industrialização nacional não representou uma ruptura com a condição periférica do Brasil na economia mundial, mas a reconfiguração de mecanismos de subordinação vinculados à expansão do capitalismo internacional.

A formação econômica brasileira esteve historicamente associada à lógica colonial de produção voltada para exportação de produtos primários. Desde o período colonial, a economia brasileira organizou-se em torno de atividades agroexportadoras, como a produção açucareira, a mineração e posteriormente o café. Esse modelo consolidou uma estrutura produtiva dependente do mercado externo e profundamente marcada pela concentração fundiária e pela exploração intensiva da mão de obra escravizada (Prado Júnior, 2011).

Segundo Prado Júnior (2011), o sentido da colonização brasileira esteve diretamente relacionado aos interesses econômicos das metrópoles europeias, configurando uma economia complementar ao capitalismo mercantil europeu. Assim, desde sua origem, a formação econômica do Brasil esteve subordinada às necessidades de acumulação de capital dos países centrais, dificultando a constituição de um mercado interno autônomo e de um processo independente de desenvolvimento industrial.

A partir da segunda metade do século XIX, a expansão da economia cafeeira desempenhou papel central na transformação econômica brasileira. O café tornou-se o principal produto de exportação do país e possibilitou a acumulação de capital necessária para os primeiros investimentos industriais. Além disso, a expansão cafeeira contribuiu para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes, especialmente das ferrovias, bem como para a urbanização de regiões como São Paulo e Rio de Janeiro (Furtado, 2007).

Entretanto, o processo inicial de industrialização brasileira permaneceu limitado e subordinado à dinâmica agroexportadora. As primeiras indústrias concentravam-se na produção de bens de consumo leves, como tecidos, alimentos e calçados, destinados principalmente ao mercado interno urbano em expansão. Além disso, grande parte dos equipamentos industriais, das tecnologias e dos financiamentos utilizados pela indústria nacional era importada dos países centrais, revelando a dependência tecnológica e financeira do país (Tavares, 1972).

A crise de 1929 representou um marco decisivo para o processo de industrialização brasileira. O colapso do mercado internacional provocou forte redução das exportações cafeeiras, comprometendo o modelo agroexportador que sustentava a economia nacional. Nesse contexto, o governo de Getúlio Vargas passou a adotar políticas voltadas à industrialização e à ampliação da intervenção estatal na economia.

A partir da década de 1930, o Estado brasileiro assumiu papel central no processo de modernização econômica, promovendo investimentos em infraestrutura, energia, siderurgia e transportes. A criação de empresas estatais estratégicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e posteriormente a Petrobras, demonstrou a tentativa de construir bases para o desenvolvimento industrial nacional (Bresser-Pereira, 2003).

Esse período ficou conhecido como industrialização por substituição de importações, modelo que buscava reduzir a dependência brasileira em relação aos produtos manufaturados estrangeiros. Segundo Celso Furtado, a industrialização substitutiva surgiu como resposta às limitações impostas pela crise do comércio

internacional, permitindo a expansão da produção industrial voltada ao mercado interno (Furtado, 2007).

Todavia, apesar do crescimento industrial observado entre as décadas de 1930 e 1960, diversos autores argumentam que a industrialização brasileira manteve características profundamente dependentes. Para os teóricos da dependência, a industrialização nacional ocorreu articulada à expansão do capital internacional e subordinada aos interesses das economias centrais. Em vez de superar a dependência histórica do país, o desenvolvimento industrial teria produzido novas formas de subordinação econômica e tecnológica (Marini, 2011).

Segundo Ruy Mauro Marini, o capitalismo brasileiro desenvolveu-se de maneira dependente porque sua industrialização esteve integrada à lógica de reprodução ampliada do capitalismo internacional. Dessa forma, o crescimento industrial brasileiro não pode ser interpretado como um processo autônomo de modernização, mas como parte das estratégias de expansão do capital monopolista internacional sobre as economias periféricas (Marini, 2011).

Na interpretação de Marini, a industrialização dependente brasileira caracterizou-se pela coexistência entre modernização econômica e intensificação das desigualdades sociais. Embora o país tenha apresentado crescimento industrial significativo, esse desenvolvimento ocorreu mediante mecanismos estruturais de superexploração da força de trabalho. O autor argumenta que, nas economias dependentes, a acumulação capitalista compensa as perdas decorrentes da transferência de valor para os países centrais por meio da ampliação da exploração dos trabalhadores (Marini, 2011).

A categoria de superexploração da força de trabalho constitui um dos principais conceitos da Teoria Marxista da Dependência. Segundo Marini, esse mecanismo manifesta-se por meio da intensificação do trabalho, da ampliação da jornada laboral e da remuneração inferior ao valor necessário para a reprodução da força de trabalho. Assim, o crescimento industrial brasileiro esteve associado à manutenção de baixos salários, elevada concentração de renda e precarização das condições de vida da classe trabalhadora (Marini, 2011).

Além disso, a industrialização brasileira aprofundou a dependência tecnológica em relação aos países centrais. Grande parte das tecnologias utilizadas pela indústria nacional era controlada por empresas estrangeiras, especialmente multinacionais norte-americanas e europeias. O avanço da internacionalização do capital, sobretudo a partir da década de 1950, ampliou a presença de corporações transnacionais em setores estratégicos da economia brasileira, como automobilístico, químico e eletroeletrônico (Evans, 1980).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas impulsionou a expansão industrial brasileira por meio da abertura ao capital estrangeiro e do incentivo à instalação de multinacionais no país. Embora esse modelo tenha acelerado o crescimento econômico e industrial, também reforçou a dependência financeira e tecnológica da economia brasileira. Segundo Cardoso e Faletto (1979), o desenvolvimento latino-americano passou a ocorrer em associação com o capital internacional, configurando um padrão de “desenvolvimento dependente associado”.

Nesse contexto, a burguesia industrial brasileira não rompeu com os interesses do capital estrangeiro, mas estabeleceu alianças econômicas e políticas com empresas multinacionais e setores agrários tradicionais. Tal articulação con-

tribuiu para a manutenção das estruturas de dependência e dificultou a construção de um projeto nacional autônomo de desenvolvimento (Fernandes, 2006).

Para Florestan Fernandes, a modernização capitalista brasileira ocorreu de forma conservadora, preservando estruturas sociais excludentes e limitando a participação política das classes populares. A industrialização não promoveu democratização econômica ou distribuição significativa de renda, mas consolidou um modelo de crescimento concentrador e subordinado ao capitalismo internacional (Fernandes, 2006).

O golpe civil-militar de 1964 aprofundou ainda mais a lógica da industrialização dependente no Brasil. O regime militar implementou políticas econômicas voltadas à modernização produtiva e à integração subordinada ao capitalismo internacional. Durante o chamado “milagre econômico”, ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970, o país apresentou elevadas taxas de crescimento econômico, expansão industrial e modernização da infraestrutura.

Entretanto, esse crescimento esteve baseado no endividamento externo, na repressão política e na intensificação da exploração do trabalho. Segundo Tavares e Serra (1973), o modelo econômico do período militar promoveu crescimento econômico excludente, ampliando as desigualdades sociais e regionais. Ao mesmo tempo, a dependência financeira em relação ao capital internacional tornou-se ainda mais intensa.

Nesse período, Marini desenvolveu o conceito de subimperialismo para analisar o papel assumido pelo Brasil na América Latina. Segundo o autor, o país passou a exercer funções regionais de expansão econômica e política articuladas aos interesses do imperialismo norte-americano. Assim, o Brasil atuaria como potência intermediária subordinada ao capitalismo central, reproduzindo relações de dominação econômica em escala regional (Marini, 1977).

A crise da dívida externa nos anos 1980 revelou os limites estruturais do modelo de industrialização dependente brasileiro. O aumento dos juros internacionais, associado ao elevado endividamento externo, provocou forte recessão econômica, inflação e estagnação industrial. Esse período marcou o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista e abriu caminho para a implementação de políticas neoliberais nas décadas seguintes (Gonçalves, 2013).

A partir da década de 1990, o Brasil passou por um processo de abertura comercial, privatizações e desregulamentação econômica. Essas transformações ampliaram a inserção do país na globalização financeira e intensificaram novas formas de dependência econômica. Segundo Chesnais (1996), a financeirização do capitalismo global fortaleceu o poder do capital financeiro internacional sobre as economias periféricas, limitando a autonomia dos Estados nacionais.

No caso brasileiro, observou-se crescente desnacionalização da indústria, reprimarização das exportações e dependência tecnológica em setores estratégicos. Embora o país tenha mantido importante parque industrial, diversos estudos apontam para um processo de desindustrialização precoce associado à vulnerabilidade externa e à subordinação aos fluxos internacionais de capital (Bresser-Pereira, 2010).

Além disso, as transformações produtivas contemporâneas intensificaram a precarização das relações de trabalho. A flexibilização trabalhista, a terceirização e o crescimento da informalidade revelam a permanência de mecanismos

de superexploração característicos do capitalismo dependente brasileiro. Nesse sentido, muitos autores argumentam que as categorias desenvolvidas pela Teoria Marxista da Dependência continuam relevantes para compreender as contradições do capitalismo contemporâneo no Brasil (Osório, 2018).

A industrialização dependente brasileira, portanto, não pode ser analisada apenas como um processo de crescimento econômico e modernização produtiva. Trata-se de um fenômeno historicamente condicionado pelas relações de dependência estabelecidas entre o Brasil e o capitalismo internacional. Embora a industrialização tenha promovido expansão econômica e urbanização, ela também preservou estruturas de desigualdade social, concentração de renda e subordinação tecnológica.

Desse modo, Osório (2018) reitera que a análise do processo de industrialização dependente no Brasil permite compreender como o desenvolvimento capitalista brasileiro ocorreu de maneira contraditória, articulando modernização econômica e permanência da dependência estrutural. As interpretações desenvolvidas por Ruy Mauro Marini e pelos teóricos da dependência oferecem importantes instrumentos analíticos para compreender os limites históricos do desenvolvimento nacional e os desafios enfrentados pelo Brasil no contexto do capitalismo global contemporâneo.

DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E SUBDESENVOLVIMENTO

A relação entre dependência econômica e subdesenvolvimento constitui um dos principais eixos interpretativos das ciências sociais latino-americanas no século XX, especialmente no âmbito da economia política crítica. A partir da consolidação da Teoria da Dependência, diversos intelectuais passaram a questionar as interpretações tradicionais que concebiam o subdesenvolvimento como uma etapa anterior ao desenvolvimento capitalista. Em oposição às perspectivas evolucionistas e desenvolvimentistas, os teóricos da dependência argumentaram que o subdesenvolvimento não representa uma condição transitória, mas sim um produto histórico do próprio desenvolvimento do capitalismo mundial. Nesse sentido, o desenvolvimento das economias centrais estaria diretamente relacionado à exploração econômica e à subordinação estrutural das economias periféricas (Marini, 2011).

A dependência econômica pode ser compreendida como uma relação estrutural de subordinação entre países centrais e periféricos, na qual as economias dependentes organizam suas estruturas produtivas, comerciais e financeiras em função das necessidades de acumulação do capital internacional. Tal condição produz limitações ao desenvolvimento autônomo das nações periféricas, uma vez que suas economias se tornam vulneráveis às oscilações do mercado externo, à transferência internacional de valor e à dominação tecnológica e financeira exercida pelos países centrais (Dos Santos, 1978).

Historicamente, a formação da dependência latino-americana esteve associada ao processo de expansão do capitalismo europeu e à constituição do sistema colonial moderno. Desde o período colonial, a América Latina foi integrada à economia mundial como fornecedora de matérias-primas e produtos agrícolas destinados ao mercado externo. Essa inserção subordinada consolidou estruturas econômicas voltadas para exportação e impediu a constituição de mercados

internos plenamente desenvolvidos. Conforme observa Caio Prado Júnior, a economia colonial brasileira organizou-se fundamentalmente para atender às demandas externas, produzindo uma dinâmica econômica dependente desde sua origem (Prado Júnior, 2011).

A divisão internacional do trabalho desempenhou papel fundamental na consolidação da dependência econômica. Enquanto os países centrais concentravam a produção industrial, tecnológica e financeira, os países periféricos permaneceram especializados na exportação de commodities e na importação de produtos manufaturados. Essa relação desigual produziu mecanismos permanentes de transferência de riqueza das economias periféricas para os centros capitalistas, aprofundando as disparidades internacionais de desenvolvimento (Furtado, 2007).

Na interpretação cepalina, desenvolvida principalmente por Raúl Prebisch, a dependência econômica manifestava-se por meio da deterioração dos termos de troca entre produtos primários e industrializados. Segundo essa perspectiva, os países periféricos exportavam produtos de baixo valor agregado e importavam bens industrializados de maior valor, o que dificultava a acumulação interna de capital e comprometia o desenvolvimento econômico regional (Prebisch, 2000). Embora a CEPAL defendesse políticas de industrialização como estratégia para superar o subdesenvolvimento, os teóricos marxistas da dependência consideravam insuficiente essa interpretação estruturalista.

Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Andre Gunder Frank argumentaram que a industrialização latino-americana não eliminou a dependência, mas produziu novas formas de subordinação ao capital internacional. Para esses autores, o desenvolvimento industrial ocorrido em países como Brasil, México e Argentina manteve vínculos estruturais com as economias centrais, sobretudo em razão da dependência tecnológica, financeira e produtiva. Dessa forma, o capitalismo dependente reproduzia internamente as desigualdades estruturais do sistema capitalista mundial (Marini, 2017).

No pensamento de Marini, a dependência econômica está diretamente associada ao conceito de superexploração da força de trabalho. Segundo o autor, as economias dependentes compensam as perdas decorrentes da transferência de valor para os países centrais mediante a intensificação da exploração dos trabalhadores. Isso ocorre por meio da ampliação da jornada de trabalho, da intensificação do ritmo produtivo e da remuneração abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho (Marini, 2011).

A superexploração torna-se, portanto, uma característica estrutural do capitalismo dependente. Diferentemente do capitalismo central, onde a elevação da produtividade tende a ampliar parcialmente os padrões de consumo da classe trabalhadora, nas economias periféricas a acumulação capitalista ocorre frequentemente mediante a compressão salarial e a precarização das condições de vida dos trabalhadores. Tal dinâmica aprofunda as desigualdades sociais e limita a expansão do mercado interno, comprometendo a capacidade de desenvolvimento autônomo das economias dependentes (Bambirra, 2019).

Nesse contexto, o subdesenvolvimento não pode ser interpretado como ausência de desenvolvimento capitalista, mas como uma forma específica de desenvolvimento subordinado. Conforme argumenta Frank (1979), o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem processos interdependentes dentro

do sistema capitalista mundial. Assim, o enriquecimento das economias centrais ocorre simultaneamente ao empobrecimento relativo das regiões periféricas, re-produzindo relações históricas de exploração internacional.

A dependência econômica também se manifesta no controle exercido pelas grandes corporações multinacionais sobre setores estratégicos das economias periféricas. Durante o processo de industrialização latino-americana, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, observou-se a crescente presença de empresas estrangeiras nos setores industrial, energético, financeiro e tecnológico. Embora tais investimentos tenham contribuído para o crescimento econômico em determinados períodos, também reforçaram a vulnerabilidade externa das economias nacionais, ampliando a remessa de lucros ao exterior e subordinando a produção interna às estratégias do capital internacional (Cardoso; Faletto, 2010).

Além da dependência produtiva e tecnológica, a dependência financeira tornou-se um elemento central das economias periféricas contemporâneas. A partir da década de 1970, com a expansão do capital financeiro internacional e a intensificação da globalização neoliberal, muitos países latino-americanos passaram a enfrentar elevados níveis de endividamento externo. A crise da dívida nos anos 1980 evidenciou a fragilidade estrutural das economias dependentes, submetidas às exigências de organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Harvey, 2008).

As políticas de ajuste estrutural implementadas nesse período aprofundaram os efeitos sociais da dependência econômica. A redução dos investimentos públicos, a privatização de empresas estatais, a flexibilização das relações trabalhistas e a abertura comercial ampliaram a precarização social e a vulnerabilidade econômica dos países latino-americanos. No Brasil, as reformas neoliberais adotadas sobretudo a partir da década de 1990 intensificaram a financeirização da economia e fortaleceram a inserção subordinada do país no capitalismo global (Oliveira, 2003).

Outro aspecto relevante da dependência econômica refere-se à reprimarização das economias latino-americanas nas últimas décadas. Mesmo após períodos de industrialização, diversos países da região voltaram a concentrar suas exportações em produtos primários, especialmente commodities minerais e agrícolas. Esse fenômeno reforça a vulnerabilidade externa das economias dependentes, tornando-as fortemente suscetíveis às oscilações dos preços internacionais e às dinâmicas do mercado global (Svampa, 2019).

No Brasil, a dependência econômica manifesta-se em diferentes dimensões estruturais. A economia nacional permanece fortemente vinculada à exportação de commodities agrícolas e minerais, enquanto setores estratégicos da indústria sofrem crescente desindustrialização. Além disso, a dependência tecnológica e financeira limita a capacidade de inovação e desenvolvimento científico autônomo. Tais elementos evidenciam a permanência de características históricas do capitalismo dependente brasileiro, mesmo diante das transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas (Sampaio Júnior, 2012).

As desigualdades sociais constituem outro importante desdobramento do capitalismo dependente. A concentração de renda, a precarização do trabalho e a exclusão social não representam distorções ocasionais do sistema econômico, mas elementos estruturais da dinâmica de acumulação dependente. No Brasil, a persistência da pobreza, da informalidade e das disparidades regionais revela

como o desenvolvimento econômico ocorreu de forma profundamente desigual, beneficiando sobretudo setores vinculados às elites econômicas e ao capital internacional (Fernandes, 2009).

A questão agrária também ocupa papel central na compreensão da dependência latino-americana. A concentração fundiária, herdada do período colonial, manteve-se como característica estrutural das economias periféricas, dificultando a democratização do acesso à terra e limitando o desenvolvimento social no campo. Em muitos países latino-americanos, o agronegócio voltado para exportação consolidou-se como um dos principais setores econômicos, frequentemente associado à expulsão de populações tradicionais, à degradação ambiental e à concentração de riqueza (Stedile, 2012).

Do ponto de vista político, a dependência econômica frequentemente esteve associada à instabilidade institucional e à intervenção externa. Durante o século XX, diversos países latino-americanos sofreram golpes de Estado, regimes autoritários e intervenções políticas apoiadas direta ou indiretamente pelas potências centrais, especialmente pelos Estados Unidos. Essas intervenções buscavam garantir a manutenção de governos alinhados aos interesses do capital internacional e impedir projetos políticos considerados ameaçadores à ordem capitalista dependente (Galeano, 2010).

Apesar das profundas limitações estruturais impostas pela dependência, diversos autores latino-americanos enfatizam a importância das lutas sociais e dos projetos de emancipação regional. A integração latino-americana, a soberania econômica, a valorização do mercado interno e o fortalecimento das políticas sociais aparecem como estratégias fundamentais para enfrentar as desigualdades históricas produzidas pelo capitalismo dependente (Borón, 2015).

Nas últimas décadas, observa-se uma retomada dos debates sobre dependência econômica e subdesenvolvimento diante das transformações do capitalismo global. A crise financeira internacional de 2008, a intensificação da financeirização, a expansão das plataformas digitais e as disputas geopolíticas contemporâneas recolocaram em evidência a persistência das relações desiguais entre centro e periferia. Nesse contexto, as formulações da Teoria Marxista da Dependência permanecem relevantes para compreender os desafios enfrentados pelos países latino-americanos na busca por desenvolvimento econômico e justiça social.

Capítulo 3

A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS



A Teoria Marxista da Dependência (TMD) constitui uma das mais importantes formulações críticas produzidas pelas ciências sociais latino-americanas no século XX. Desenvolvida principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, essa corrente teórica buscou compreender as particularidades históricas, econômicas e sociais do capitalismo latino-americano a partir de uma interpretação fundamentada no materialismo histórico-dialético. Em oposição às perspectivas desenvolvimentistas e às abordagens tradicionais da economia liberal, os teóricos marxistas da dependência argumentaram que o subdesenvolvimento da América Latina não representava uma etapa transitória rumo ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural produzida pela própria expansão do capitalismo mundial.

A emergência da TMD ocorreu em um contexto histórico marcado por profundas transformações econômicas e políticas na América Latina. O avanço da industrialização por substituição de importações, a intensificação da presença do capital estrangeiro, o fortalecimento das empresas multinacionais e as crescentes desigualdades sociais impulsionaram o surgimento de interpretações críticas sobre os limites do desenvolvimento latino-americano. Paralelamente, o cenário internacional era marcado pela Guerra Fria, pelas disputas geopolíticas entre capitalismo e socialismo e pela ampliação da influência dos Estados Unidos sobre os países periféricos.

Nesse contexto, diversos intelectuais latino-americanos passaram a questionar as teses desenvolvimentistas difundidas principalmente pela CEPAL. Embora os estruturalistas cepalinos reconhecessem as desigualdades existentes entre centro e periferia, defendiam a industrialização nacional como caminho para superar o subdesenvolvimento econômico. Para os teóricos marxistas da dependência, entretanto, essa interpretação era insuficiente, pois não compreendia plenamente o caráter estrutural da dependência capitalista e suas implicações sobre a dinâmica social e econômica das nações periféricas.

A TMD surge, portanto, como uma crítica tanto às concepções liberais do desenvolvimento quanto às interpretações reformistas do estruturalismo latino-americano. Seus formuladores procuraram demonstrar que o capitalismo periférico possui uma lógica própria de funcionamento, marcada pela subordinação ao capital internacional e pela reprodução de mecanismos específicos de exploração econômica. Assim, o desenvolvimento das economias centrais estaria diretamente articulado ao subdesenvolvimento das economias periféricas, formando um sistema mundial profundamente desigual e hierarquizado.

Entre os principais representantes da TMD destacam-se Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank. Esses autores desenvolveram interpretações críticas acerca da dependência econômica latino-americana, fundamentadas na teoria marxista e na crítica à economia política clássica. Embora apresentassem diferenças analíticas entre si, compartilhavam a compreensão de que a dependência representa uma relação estrutural de subordinação entre economias centrais e periféricas dentro do sistema capitalista mundial.

A principal contribuição da TMD consiste na compreensão de que o subdesenvolvimento não decorre da ausência de capitalismo ou da insuficiência de modernização econômica, mas da forma específica pela qual os países periféricos foram integrados ao capitalismo internacional. Nesse sentido, a dependência

não pode ser entendida apenas como uma relação externa entre nações, mas como uma estrutura interna de organização econômica, política e social, que condiciona o desenvolvimento das economias periféricas e limita sua autonomia histórica.

No caso latino-americano, a dependência consolidou-se historicamente desde o período colonial, por meio da especialização produtiva voltada à exportação de matérias-primas e produtos agrícolas destinados ao mercado externo. Mesmo após os processos de independência política, os países da região permaneceram subordinados às necessidades de acumulação das economias centrais, inicialmente europeias e posteriormente norte-americanas. Essa inserção periférica na divisão internacional do trabalho produziu economias vulneráveis, dependentes tecnologicamente e fortemente marcadas pela desigualdade social.

A industrialização ocorrida em diversos países latino-americanos ao longo do século XX não eliminou a dependência econômica. Ao contrário, segundo os teóricos marxistas da dependência, a industrialização dependente aprofundou novas formas de subordinação ao capital internacional, sobretudo pela crescente presença de empresas multinacionais, pela dependência tecnológica e pela necessidade de financiamento externo. Dessa maneira, o capitalismo latino-americano passou a combinar modernização econômica com intensificação das desigualdades sociais e concentração de renda.

Nesse contexto, um dos conceitos centrais desenvolvidos pela TMD é o de superexploração da força de trabalho, formulado principalmente por Ruy Mauro Marini. Segundo o autor, as economias dependentes compensam as perdas decorrentes da transferência internacional de valor mediante a intensificação da exploração dos trabalhadores. Isso ocorre por meio da ampliação da jornada de trabalho, da intensificação do ritmo produtivo e da remuneração inferior ao valor necessário para a reprodução da força de trabalho. A superexploração constitui, portanto, um mecanismo estrutural de acumulação do capitalismo dependente e um dos principais elementos explicativos das desigualdades sociais latino-americanas.

Outro aspecto fundamental da Teoria Marxista da Dependência refere-se à análise do imperialismo. Inspirados nas formulações marxistas clássicas de autores como Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo, os teóricos da dependência compreenderam o imperialismo como uma etapa do capitalismo monopolista caracterizada pela expansão internacional do capital e pela dominação econômica e política das nações periféricas. Nesse sentido, a dependência latino-americana estaria diretamente relacionada às necessidades de expansão e acumulação do capital internacional, especialmente das grandes potências capitalistas.

Além da dimensão econômica, a TMD também enfatiza os aspectos políticos e sociais da dependência. As elites econômicas latino-americanas frequentemente estabeleceram alianças com o capital estrangeiro e com interesses imperialistas, contribuindo para a manutenção das estruturas dependentes. Assim, as burguesias nacionais não desempenhariam necessariamente um papel revolucionário ou nacional-desenvolvimentista, mas atuariam como frações associadas ao capital internacional. Essa interpretação representou uma importante ruptura com determinadas correntes marxistas tradicionais que acreditavam na possibilidade de uma revolução burguesa nacional nos países periféricos.

A TMD apresentou importantes reflexões sobre o papel do Estado nas eco-

nomias periféricas. Embora o Estado tenha desempenhado funções relevantes no processo de industrialização latino-americana, os teóricos da dependência argumentavam que sua atuação permaneceu condicionada pelas estruturas do capitalismo internacional e pelos interesses das classes dominantes associadas ao capital estrangeiro. Dessa forma, o Estado dependente frequentemente atuaria na reprodução das relações de dependência e na contenção das demandas populares.

Outro elemento relevante da TMD refere-se à crítica ao desenvolvimentismo e às políticas reformistas. Para os teóricos marxistas da dependência, o simples crescimento econômico ou a industrialização não seriam suficientes para superar o subdesenvolvimento, uma vez que as estruturas de exploração e subordinação permaneceriam intactas. Assim, a superação da dependência exigiria transformações estruturais profundas, capazes de romper com a lógica de acumulação subordinada do capitalismo periférico.

Nas últimas décadas, a TMD voltou a ganhar relevância diante das transformações do capitalismo global. A financeirização da economia, a globalização neoliberal, a reprimarização produtiva e o aumento das desigualdades sociais recolocaram em evidência debates sobre dependência econômica, soberania nacional e exploração do trabalho. No caso brasileiro e latino-americano, muitos dos problemas analisados pelos teóricos da dependência continuam presentes, demonstrando a atualidade de suas formulações para a compreensão das contradições contemporâneas do capitalismo periférico.

Dessa maneira, este capítulo tem como objetivo apresentar os principais fundamentos teóricos e conceituais da TMD, discutindo suas origens históricas, suas categorias centrais e suas contribuições para a interpretação da realidade latino-americana. Serão analisadas as críticas ao desenvolvimentismo, a concepção de dependência estrutural, o conceito de superexploração da força de trabalho e as relações entre imperialismo, capitalismo periférico e desigualdade social. A partir dessas discussões, busca-se compreender como a TMD consolidou-se como uma das mais relevantes correntes críticas do pensamento social latino-americano e como suas formulações permanecem fundamentais para a análise do capitalismo dependente no Brasil e na América Latina.

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) constitui uma das mais importantes contribuições intelectuais produzidas na América Latina para a compreensão das relações desiguais estabelecidas no sistema capitalista mundial. Desenvolvida sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, essa corrente teórica buscou interpretar as particularidades do desenvolvimento capitalista latino-americano a partir de uma perspectiva crítica fundamentada no materialismo histórico-dialético. Diferentemente das formulações desenvolvimentistas e estruturalistas predominantes naquele período, os teóricos marxistas da dependência argumentavam que o subdesenvolvimento não representava uma etapa transitória rumo ao progresso econômico, mas uma condição estrutural produzida pela própria dinâmica de expansão do capitalismo internacional (Marini, 1973).

A origem da TMD está profundamente relacionada ao contexto histórico,

político e econômico vivido pela América Latina no pós-Segunda Guerra Mundial. Durante esse período, a região experimentou importantes transformações econômicas decorrentes da industrialização por substituição de importações, da expansão urbana e da crescente integração ao capitalismo internacional. Paralelamente, intensificaram-se as desigualdades sociais, a dependência tecnológica e financeira e a vulnerabilidade externa das economias latino-americanas, fatores que levaram diversos intelectuais a questionar os limites das teorias tradicionais do desenvolvimento (Dos Santos, 1978).

Até meados do século XX, predominavam nas ciências econômicas latino-americanas as interpretações associadas à CEPAL. O pensamento cepalino defendia que o subdesenvolvimento latino-americano resultava das relações desiguais de troca estabelecidas entre países industrializados e exportadores de produtos primários. Segundo essa perspectiva, os termos de troca deterioravam-se progressivamente em prejuízo das economias periféricas, tornando necessária a adoção de políticas de industrialização nacional e fortalecimento do mercado interno como estratégias para superar o atraso econômico (Prebisch, 1949).

Embora a CEPAL tenha representado um avanço importante na crítica ao liberalismo econômico clássico, diversos autores passaram a considerar insuficientes suas explicações acerca das estruturas da dependência latino-americana. Os teóricos marxistas criticavam especialmente a crença desenvolvimentista de que seria possível alcançar um capitalismo nacional autônomo nos países periféricos mediante reformas estruturais e industrialização. Para os formuladores da TMD, o capitalismo dependente possuía características próprias que impossibilitavam a reprodução do modelo de desenvolvimento experimentado pelos países centrais (Bambirra, 2019).

Nesse contexto, a Revolução Cubana de 1959 exerceu forte influência sobre o pensamento crítico latino-americano. O triunfo revolucionário liderado por Fidel Castro e Che Guevara estimulou debates sobre imperialismo, revolução socialista e emancipação latino-americana, fortalecendo perspectivas marxistas voltadas à análise das estruturas de dominação econômica e política na região. Além disso, o cenário internacional da Guerra Fria, marcado pela disputa entre Estados Unidos e União Soviética, intensificou os conflitos políticos internos nos países latino-americanos, contribuindo para a radicalização do pensamento social crítico (Lowy, 2016).

Foi nesse ambiente intelectual e político que emergiram os principais formuladores da TMD, entre os quais se destacam Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank. Esses intelectuais desenvolveram suas análises a partir de uma releitura crítica do marxismo clássico, buscando compreender as especificidades do capitalismo periférico latino-americano e suas formas particulares de exploração econômica.

A Teoria Marxista da Dependência parte do pressuposto de que o capitalismo constitui um sistema mundial integrado, caracterizado pela existência de relações hierárquicas entre economias centrais e periféricas. Nesse sistema, o desenvolvimento dos países centrais ocorre simultaneamente ao subdesenvolvimento das economias periféricas, em uma dinâmica de transferência contínua de valor e riqueza. Assim, a dependência não é entendida como ausência de desenvolvimento capitalista, mas como uma forma específica e subordinada de desenvolvimento no interior do capitalismo mundial (Dos Santos, 1978).

Segundo Theotonio dos Santos, a dependência pode ser definida como uma situação histórica em que a economia de determinados países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual se encontra subordinada. Essa relação implica que os países dependentes somente conseguem expandir-se como reflexo da expansão das economias dominantes, reproduzindo estruturas internas compatíveis com os interesses do capital internacional (Dos Santos, 1978).

Entre os principais elementos inovadores da TMD destaca-se a crítica à ideia dualista de sociedade, muito presente nas teorias desenvolvimentistas. Enquanto as interpretações tradicionais sustentavam a coexistência de setores modernos e atrasados nas economias periféricas, os teóricos marxistas da dependência argumentavam que o chamado “atraso” constituía parte integrante da própria lógica de acumulação capitalista dependente. Em outras palavras, o subdesenvolvimento não seria um resquício pré-capitalista, mas resultado direto da expansão do capitalismo internacional sobre as economias periféricas (Frank, 1970).

Andre Gunder Frank foi um dos principais responsáveis por essa formulação ao afirmar que o desenvolvimento do capitalismo mundial produziu simultaneamente “metrópoles” e “satélites”, estabelecendo relações estruturais de exploração entre centro e periferia. Para o autor, a riqueza dos países centrais dependia historicamente da apropriação do excedente econômico produzido nas regiões periféricas, processo que perpetuava o subdesenvolvimento latino-americano (Frank, 1970).

No entanto, foi com Ruy Mauro Marini que a TMD alcançou uma formulação mais sistemática e rigorosa no campo da economia política marxista. Em sua obra clássica *Dialética da Dependência*, publicada originalmente em 1973, Marini desenvolveu uma interpretação estrutural do capitalismo dependente, articulando as categorias marxistas de exploração, acumulação e reprodução do capital às especificidades da economia latino-americana (Marini, 1973).

Para Marini, a dependência deve ser compreendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual as relações de produção das economias periféricas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Assim, o capitalismo dependente não constitui uma deformação transitória do capitalismo central, mas uma forma específica de inserção subordinada no sistema capitalista internacional (Marini, 1973).

A principal contribuição teórica de Marini foi o desenvolvimento do conceito de superexploração da força de trabalho. Segundo o autor, as economias dependentes compensam as perdas decorrentes da transferência de valor para os países centrais mediante a intensificação da exploração do trabalhador. Essa superexploração manifesta-se de três formas principais: prolongamento da jornada de trabalho, aumento da intensidade laboral e remuneração inferior ao valor necessário para reprodução da força de trabalho (Marini, 1973).

Nesse sentido, a superexploração torna-se elemento estrutural do capitalismo dependente, permitindo a manutenção das taxas de lucro em economias periféricas marcadas pela baixa produtividade e pela transferência internacional de valor. Tal formulação diferenciou a TMD de outras interpretações marxistas mais ortodoxas, ao enfatizar as particularidades da exploração no capitalismo latino-americano (Osorio, 2018).

Outro conceito relevante desenvolvido por Marini refere-se ao subimperialismo. Em sua análise sobre o Brasil, o autor argumentava que determinadas economias dependentes poderiam desempenhar funções intermediárias na reprodução do capitalismo internacional, exercendo formas regionais de dominação econômica e política subordinadas ao imperialismo central, especialmente norte-americano. O Brasil, durante a ditadura militar, teria assumido esse papel ao expandir sua influência econômica sobre países vizinhos, mantendo simultaneamente sua condição dependente frente aos Estados Unidos (Marini, 1977).

A consolidação da TMD ocorreu principalmente em centros acadêmicos latino-americanos localizados no Chile e no México, países que receberam diversos intelectuais exilados em razão das ditaduras militares instauradas no continente durante as décadas de 1960 e 1970. Instituições como o Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO) desempenharam papel fundamental na articulação e difusão das formulações dependentistas marxistas (Bambirra, 2019).

Entretanto, a ascensão das ditaduras militares e o avanço do neoliberalismo nas décadas seguintes contribuíram para o enfraquecimento da TMD nos debates acadêmicos. A repressão política, o exílio de intelectuais e a hegemonia das teorias econômicas liberais marginalizaram temporariamente as perspectivas marxistas da dependência. Além disso, parte da produção intelectual passou a privilegiar análises voltadas à globalização, à modernização produtiva e às reformas neoliberais, reduzindo o espaço da crítica dependentista nas universidades latino-americanas (Traspadini; Stedile, 2011).

Apesar disso, a partir dos anos 2000 observa-se um significativo processo de retomada da TMD, impulsionado pelas crises do neoliberalismo, pelo aumento das desigualdades sociais e pelas transformações do capitalismo global. Questões como financeirização da economia, reprimarização produtiva, precarização do trabalho e dependência tecnológica recolocaram em evidência muitas das categorias analíticas formuladas pelos dependentistas marxistas (Katz, 2020).

Autores contemporâneos têm destacado a atualidade das formulações de Marini para compreender o capitalismo periférico no século XXI. A permanência da superexploração do trabalho, a vulnerabilidade das economias latino-americanas diante do capital financeiro internacional e a persistência de relações desiguais na divisão internacional do trabalho demonstram que a dependência continua sendo elemento central para interpretar a realidade latino-americana contemporânea (Carcanholo, 2013).

Além disso, a expansão das cadeias globais de valor, o domínio das grandes corporações transnacionais e o aprofundamento da financeirização internacional reforçam novas formas de dependência econômica e tecnológica. Nesse cenário, a TMD permanece relevante não apenas como interpretação histórica, mas como instrumento crítico para analisar as contradições atuais do capitalismo mundial (Katz, 2020).

No caso brasileiro, a permanência da desigualdade social, da precarização das relações de trabalho e da dependência tecnológica evidencia a atualidade das categorias formuladas pela TMD. A reprimarização das exportações, a vulnerabilidade diante das oscilações do mercado internacional e a crescente submissão ao capital financeiro demonstram que muitos dos problemas identificados pelos dependentistas permanecem presentes na estrutura econômica nacional

(Carcanholo, 2013).

Dessa forma, a origem e o desenvolvimento da TMD representam um importante esforço intelectual latino-americano de interpretação crítica das estruturas do capitalismo periférico. Fundamentada no marxismo e articulada às especificidades históricas da América Latina, essa corrente teórica rompeu com concepções evolucionistas e desenvolvimentistas, demonstrando que o subdesenvolvimento constitui parte integrante da expansão capitalista mundial.

O PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO

O pensamento crítico latino-americano consolidou-se ao longo do século XX como uma importante corrente de interpretação das estruturas econômicas, políticas e sociais da América Latina, buscando compreender as especificidades históricas da região diante da expansão do capitalismo mundial. Em oposição às perspectivas eurocêntricas e às teorias tradicionais do desenvolvimento, os intelectuais latino-americanos passaram a questionar a ideia de que o subdesenvolvimento representaria apenas uma etapa transitória do progresso econômico. Ao contrário, argumentaram que o subdesenvolvimento latino-americano constituía uma condição estrutural produzida historicamente pela inserção subordinada da região na dinâmica do capitalismo internacional (Furtado, 2007).

Nesse contexto, o desenvolvimentismo emergiu como uma das principais formulações econômicas e políticas voltadas para a superação do atraso econômico latino-americano, especialmente entre as décadas de 1940 e 1970. Influenciado pelas formulações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o pensamento desenvolvimentista defendia a industrialização como principal caminho para romper com a dependência das economias agroexportadoras e promover o crescimento econômico nacional. A industrialização por substituição de importações foi concebida como estratégia fundamental para reduzir a vulnerabilidade externa e ampliar a autonomia econômica dos países latino-americanos (Prebisch, 2000).

O pensamento cepalino representou uma ruptura importante em relação às formulações liberais clássicas, sobretudo ao reconhecer a existência de desigualdades estruturais entre os países centrais e periféricos. Raúl Prebisch, um dos principais formuladores da CEPAL, argumentava que o sistema econômico internacional estava organizado de forma hierárquica, beneficiando os países industrializados em detrimento das economias exportadoras de produtos primários. Segundo Prebisch, a deterioração dos termos de troca impedia que os países periféricos alcançassem níveis equivalentes de desenvolvimento econômico, tornando necessária a intervenção do Estado na promoção da industrialização e do planejamento econômico (Prebisch, 2000).

Apesar de sua relevância histórica, o desenvolvimentismo passou a ser alvo de críticas profundas formuladas por intelectuais vinculados ao pensamento crítico latino-americano, especialmente pelos teóricos da dependência. Esses autores argumentavam que o desenvolvimentismo cepalino apresentava limites significativos ao considerar que a industrialização seria suficiente para superar o subdesenvolvimento e promover a autonomia nacional. Para os críticos da dependência, o desenvolvimento capitalista latino-americano ocorria de forma su-

bordinada ao capital internacional, reproduzindo internamente as estruturas de exploração e dependência econômica (Marini, 2011).

A crítica ao desenvolvimentismo ganhou maior intensidade a partir da década de 1960, período marcado pela expansão das empresas multinacionais, pelo aprofundamento da dependência financeira e pela crescente influência dos Estados Unidos sobre a América Latina. Nesse cenário, diversos intelectuais passaram a questionar as possibilidades reais de desenvolvimento autônomo dentro da ordem capitalista internacional. Entre os principais formuladores dessa crítica destacam-se Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank, autores que desenvolveram a chamada Teoria Marxista da Dependência.

Para esses intelectuais, o capitalismo latino-americano não poderia ser compreendido como uma etapa incompleta do desenvolvimento capitalista europeu, mas como uma forma específica e historicamente determinada de inserção subordinada no sistema mundial. O subdesenvolvimento não seria consequência da ausência de capitalismo, mas resultado direto da expansão capitalista internacional e da exploração das economias periféricas pelas economias centrais (Frank, 1973). Assim, desenvolvimento e subdesenvolvimento constituiriam processos interdependentes e complementares dentro da lógica de acumulação capitalista.

A crítica ao desenvolvimentismo também envolveu a contestação da ideia de burguesia nacional progressista. Para os teóricos da dependência, as burguesias latino-americanas não possuíam interesse efetivo na construção de projetos autônomos de desenvolvimento, uma vez que estavam profundamente articuladas aos interesses do capital internacional. Em vez de promover transformações estruturais capazes de romper com a dependência, essas elites econômicas reproduziam internamente as relações de exploração e subordinação (Dos Santos, 1978).

No caso brasileiro, essa crítica tornou-se particularmente relevante diante das transformações econômicas ocorridas durante o processo de industrialização do século XX. Embora o Brasil tenha experimentado significativo crescimento industrial, especialmente durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, os teóricos da dependência argumentavam que esse desenvolvimento ocorreu de maneira subordinada ao capital estrangeiro. A industrialização brasileira ampliou a dependência tecnológica, financeira e produtiva em relação às economias centrais, sobretudo aos Estados Unidos, fortalecendo a presença de empresas multinacionais e aprofundando a vulnerabilidade externa do país (Marini, 2011).

Entre as principais contribuições de Ruy Mauro Marini destaca-se a formulação do conceito de superexploração da força de trabalho. Segundo o autor, o capitalismo dependente latino-americano compensa sua posição subordinada na economia mundial mediante mecanismos intensificados de exploração dos trabalhadores. Isso ocorre por meio do prolongamento das jornadas de trabalho, da intensificação do ritmo produtivo e da remuneração abaixo do valor necessário à reprodução da força de trabalho (Marini, 2011). Dessa forma, a dependência econômica articula-se diretamente à reprodução das desigualdades sociais e à precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

A crítica ao desenvolvimentismo formulada por Marini também questionava a crença de que o avanço industrial necessariamente conduziria à supera-

ção da dependência. Para o autor, a industrialização latino-americana ocorreu dentro dos limites impostos pelo capitalismo internacional, sendo funcional aos interesses do capital monopolista estrangeiro. Nesse sentido, o desenvolvimento industrial não eliminava a dependência, mas a reorganizava sob novas formas econômicas e produtivas (Marini, 2011).

Outro aspecto importante da crítica latino-americana ao desenvolvimentismo refere-se à análise do imperialismo. Inspirados nas formulações marxistas clássicas de Vladimir Lenin e Rosa Luxemburg, os teóricos da dependência compreendiam o imperialismo como elemento constitutivo da expansão capitalista mundial. A atuação das potências centrais na América Latina não se restringia às relações comerciais, mas envolvia mecanismos de controle político, financeiro, tecnológico e militar voltados para garantir a reprodução da dependência regional (Bambirra, 2019).

A partir dessa perspectiva, os golpes militares ocorridos na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970 passaram a ser interpretados como instrumentos políticos de reorganização do capitalismo dependente. No Brasil, o golpe civil-militar de 1964 foi compreendido por diversos autores como uma resposta das elites nacionais e internacionais às pressões sociais por reformas estruturais e maior autonomia econômica. O regime militar aprofundou a internacionalização da economia brasileira, ampliando a abertura ao capital estrangeiro e fortalecendo o modelo de desenvolvimento dependente (Fernandes, 2009).

A crítica ao desenvolvimentismo também incorporou reflexões sobre cultura, colonialidade e produção do conhecimento. Autores contemporâneos vinculados ao pensamento decolonial, como Aníbal Quijano e Walter Dignolo, argumentam que a dependência latino-americana não é apenas econômica, mas também epistemológica e cultural. Segundo essa perspectiva, o colonialismo produziu hierarquias globais de poder que continuam influenciando as formas de conhecimento, identidade e organização social na América Latina (Quijano, 2005).

Nesse sentido, o pensamento crítico latino-americano busca construir interpretações próprias da realidade regional, rompendo com paradigmas eurocêntricos e valorizando as especificidades históricas da periferia capitalista. A crítica ao desenvolvimentismo não implica rejeição absoluta da industrialização ou do crescimento econômico, mas questiona os limites estruturais do desenvolvimento capitalista dependente e suas consequências sociais e políticas.

Nas últimas décadas, a retomada do neoliberalismo e da globalização financeira reacendeu muitos dos debates formulados pelos teóricos da dependência. A abertura econômica, a desregulamentação dos mercados e a financeirização intensificaram novas formas de vulnerabilidade externa nos países latino-americanos. Ademais disso, observou-se o avanço da precarização do trabalho, da reprimarização econômica e da concentração de renda, elementos que reforçam a atualidade das análises críticas sobre dependência e desenvolvimento (Osorio, 2017).

No Brasil contemporâneo, a permanência de problemas estruturais como desigualdade social, concentração fundiária, dependência tecnológica e vulnerabilidade financeira demonstra que muitas das questões debatidas pelo pensamento crítico latino-americano continuam relevantes. A reprimarização das exportações brasileiras, baseada no agronegócio e na mineração, evidencia a persistência de um padrão de inserção internacional subordinado às demandas do mercado global. Ao mesmo tempo, a crescente precarização das relações de

trabalho aproxima-se das análises de Marini sobre superexploração da força de trabalho.

Além disso, as recentes crises econômicas e políticas latino-americanas reforçam os limites do desenvolvimento capitalista dependente. Bamberger (2019) observa que a forte dependência das economias periféricas em relação ao capital financeiro internacional torna os países latino-americanos vulneráveis às oscilações do mercado global, dificultando a construção de políticas econômicas autônomas e aprofundando os ciclos de instabilidade social e econômica. Diante desse contexto, o pensamento crítico latino-americano permanece como importante instrumento teórico para compreender as contradições do capitalismo periférico e os desafios históricos da América Latina.

DEPENDÊNCIA E EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

A compreensão das relações entre dependência e exploração no capitalismo periférico constitui um dos pilares centrais da Teoria Marxista da Dependência, especialmente nas formulações desenvolvidas por Ruy Mauro Marini. Tal perspectiva parte do pressuposto de que o desenvolvimento capitalista mundial ocorre de maneira desigual e combinada, estabelecendo uma estrutura hierarquizada entre países centrais e periféricos. Nesse sistema, as economias periféricas não ocupam uma posição marginal ou transitória, mas desempenham funções específicas na dinâmica global de acumulação de capital, garantindo a reprodução ampliada do capitalismo internacional por meio da transferência sistemática de valor para os centros hegemônicos.

A TMD emerge no contexto latino-americano das décadas de 1960 e 1970 como uma crítica tanto às interpretações desenvolvimentistas da CEPAL quanto às leituras ortodoxas do marxismo europeu que concebiam o desenvolvimento capitalista como um processo linear e homogêneo. Para os teóricos da dependência, o subdesenvolvimento latino-americano não representava um estágio anterior ao desenvolvimento, mas uma consequência histórica da inserção subordinada da região na economia capitalista mundial (Marini, 1973).

O capitalismo periférico caracteriza-se pela existência de estruturas produtivas dependentes, elevada vulnerabilidade externa, concentração de renda e intensa exploração da força de trabalho. Diferentemente do capitalismo desenvolvido dos países centrais, onde a acumulação de capital ocorreu mediante a expansão dos mercados internos e relativa incorporação social das classes trabalhadoras, nas economias periféricas a acumulação se realiza predominantemente através da intensificação da exploração laboral e da transferência de excedentes econômicos para o capital internacional (Dos Santos, 1978).

Segundo Marini (1973), a dependência deve ser compreendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, no interior da qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Isso significa que as economias periféricas se desenvolvem articuladas aos interesses do capital internacional, reproduzindo internamente estruturas econômicas e sociais compatíveis com as necessidades de acumulação das economias centrais.

Nesse contexto, a exploração assume características particulares no capita-

lismo dependente. O conceito de superexploração da força de trabalho formulado por Marini constitui uma das principais contribuições teóricas para a análise das economias periféricas. Para o autor, a superexploração ocorre quando o trabalhador é remunerado abaixo do valor necessário para a reprodução normal de sua força de trabalho, produzindo uma extração extraordinária de mais-valia. Essa dinâmica manifesta-se principalmente através do prolongamento da jornada de trabalho, da intensificação do ritmo produtivo e da redução do consumo operário abaixo de seus níveis historicamente necessários (Marini, 1973).

Diferentemente das economias centrais, onde a ampliação do consumo das massas desempenhou importante papel na expansão do mercado interno e no desenvolvimento industrial, nas economias periféricas a acumulação capitalista apoia-se na compressão salarial e na exclusão social. Assim, o crescimento econômico não resulta necessariamente em melhoria das condições de vida da maioria da população, mas frequentemente aprofunda desigualdades e precarizações estruturais (Bambirra, 2019).

A superexploração da força de trabalho decorre diretamente da posição subordinada das economias periféricas na divisão internacional do trabalho. Como os países dependentes exportam predominantemente produtos primários e bens de menor valor agregado, sofrem constantes perdas nas trocas internacionais devido à deterioração dos termos de intercâmbio. Para compensar essas perdas e manter níveis satisfatórios de acumulação, as burguesias dependentes recorrem à intensificação da exploração do trabalho (Marini, 1973).

Essa dinâmica revela que o capitalismo periférico possui uma lógica própria de reprodução, distinta daquela observada nas economias centrais. O desenvolvimento dependente combina modernização tecnológica restrita, concentração de renda e ampliação da desigualdade social. Nesse modelo, setores altamente modernos coexistem com formas precárias de trabalho, baixos salários e exclusão econômica. Tal característica evidencia o caráter contraditório do capitalismo dependente, que integra parcialmente determinadas regiões e grupos sociais ao processo de modernização enquanto mantém amplos setores da população em condições de marginalização social.

De acordo com Theotonio dos Santos, a dependência deve ser entendida como uma situação em que a economia de determinados países está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra subordinada. Dessa forma, o desenvolvimento das economias centrais ocorre simultaneamente ao subdesenvolvimento das economias periféricas, estabelecendo uma relação estrutural de dominação econômica e política (Dos Santos, 1978).

A expansão do imperialismo no século XX aprofundou ainda mais as relações de dependência. A crescente internacionalização do capital industrial e financeiro promoveu a inserção subordinada das economias latino-americanas nos circuitos globais de acumulação. Empresas multinacionais passaram a controlar setores estratégicos das economias periféricas, ampliando a dependência tecnológica, financeira e produtiva. Além disso, organismos internacionais e políticas econômicas neoliberais reforçaram mecanismos de ajuste estrutural que intensificaram a vulnerabilidade econômica dos países periféricos (Harvey, 2005).

No caso latino-americano, as reformas neoliberais implementadas a partir das décadas de 1980 e 1990 produziram profundas transformações econômicas e sociais. A abertura comercial, a privatização de empresas estatais e a flexibili-

zação das relações trabalhistas ampliaram a inserção subordinada da região na economia globalizada. Embora tais políticas tenham sido apresentadas como instrumentos de modernização econômica, seus efeitos frequentemente resultaram em aumento da precarização laboral, desemprego estrutural e concentração de renda (Antunes, 2018).

A precarização do trabalho tornou-se uma das expressões contemporâneas da superexploração no capitalismo periférico. O avanço da terceirização, da informalidade e das formas flexíveis de contratação evidencia a intensificação das estratégias de redução dos custos do trabalho nas economias dependentes. Segundo Ricardo Antunes, o capitalismo contemporâneo promove uma nova morfologia do trabalho, caracterizada pela instabilidade ocupacional, perda de direitos trabalhistas e ampliação da vulnerabilidade social dos trabalhadores (Antunes, 2018).

No Brasil, a persistência de baixos salários, jornadas extensas e elevada informalidade demonstra a permanência de mecanismos típicos da superexploração da força de trabalho. Mesmo em períodos de crescimento econômico, observa-se que grande parte da população trabalhadora permanece submetida a condições precárias de emprego e baixos níveis de proteção social. Tal realidade confirma a permanência das estruturas históricas do capitalismo dependente, nas quais o crescimento econômico ocorre sem superação efetiva das desigualdades estruturais.

Além disso, o capitalismo periférico apresenta forte dependência tecnológica em relação aos países centrais. A importação de tecnologias e a concentração da inovação científica nos centros desenvolvidos limitam a autonomia produtiva das economias dependentes. Segundo Celso Furtado, o subdesenvolvimento não deve ser compreendido apenas como insuficiência econômica, mas como um processo histórico específico de modernização dependente e incompleta, condicionado pelas relações internacionais de poder (Furtado, 2000).

Outro aspecto relevante refere-se à financeirização da economia global. Nas últimas décadas, o capital financeiro assumiu papel central na dinâmica do capitalismo contemporâneo, ampliando a vulnerabilidade das economias periféricas às oscilações dos mercados internacionais. O endividamento externo, a especulação financeira e a subordinação das políticas econômicas nacionais aos interesses do capital financeiro internacional reforçam mecanismos de dependência estrutural (Chesnais, 1996).

Nesse cenário, observa-se a permanência de uma inserção internacional subordinada da América Latina, marcada pela exportação de commodities e pela reprimarização econômica. Muitos países latino-americanos passaram a depender fortemente da exportação de produtos agrícolas e minerais, aprofundando sua vulnerabilidade às flutuações do mercado internacional. Esse processo demonstra que a dependência econômica permanece como característica estrutural das economias periféricas contemporâneas.

A análise da exploração no capitalismo periférico também exige considerar as dimensões sociais e políticas da dependência. A concentração de renda, a exclusão social e a fragilidade das políticas públicas contribuem para a reprodução das desigualdades estruturais nas economias dependentes. Além disso, as elites econômicas locais frequentemente atuam articuladas ao capital internacional, reforçando a manutenção de modelos econômicos voltados prioritariamente para os interesses externos.

Segundo Florestan Fernandes, o capitalismo dependente latino-americano caracteriza-se pela combinação entre modernização econômica restrita e conservação de estruturas sociais excludentes. O autor argumenta que as burguesias latino-americanas desempenham papel conservador e subordinado, incapazes de promover transformações estruturais profundas capazes de romper com a dependência externa (Fernandes, 2009).

No plano político, a dependência também se expressa por meio da limitação da soberania nacional. As economias periféricas frequentemente enfrentam restrições impostas por organismos financeiros internacionais, acordos comerciais desiguais e pressões geopolíticas exercidas pelas potências centrais. Tal situação limita a capacidade dos Estados nacionais de implementar políticas econômicas autônomas e estratégias soberanas de desenvolvimento.

Apesar das transformações ocorridas no capitalismo mundial nas últimas décadas, muitos dos elementos centrais da TMD permanecem relevantes para a compreensão da realidade latino-americana contemporânea. A persistência da desigualdade social, da vulnerabilidade externa e da precarização do trabalho evidencia a continuidade de estruturas históricas de dependência e exploração. Autores contemporâneos têm retomado o pensamento de Ruy Mauro Marini para interpretar os efeitos da globalização neoliberal e da financeirização sobre as economias periféricas. Jaime Osorio argumenta que a superexploração da força de trabalho continua sendo elemento constitutivo do capitalismo dependente contemporâneo, embora assuma novas formas associadas à flexibilização produtiva e à reestruturação do mercado de trabalho (Osorio, 2018).

Do mesmo modo, Adrián Sotelo Valencia destaca que a dependência permanece como categoria fundamental para compreender as assimetrias estruturais do capitalismo globalizado. Para o autor, as economias periféricas continuam subordinadas aos centros hegemônicos por meio de mecanismos financeiros, tecnológicos e produtivos que limitam sua autonomia econômica e aprofundam a exploração social (Valencia, 2009).

Dessa forma, a relação entre dependência e exploração no capitalismo periférico revela que o subdesenvolvimento latino-americano não pode ser explicado apenas por fatores internos ou insuficiências institucionais. Trata-se de um processo historicamente construído no interior da expansão capitalista mundial, no qual as economias periféricas desempenham funções específicas de acumulação subordinada. A superexploração da força de trabalho, a vulnerabilidade externa e a dependência tecnológica constituem elementos estruturais desse modelo de desenvolvimento.

A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E A DINÂMICA DO SISTEMA MUNDIAL

A compreensão da relação entre centro e periferia constitui um dos principais fundamentos analíticos da Teoria da Dependência e das interpretações críticas acerca do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Tal perspectiva busca demonstrar que o sistema capitalista internacional se organiza de maneira hierárquica e desigual, estabelecendo relações estruturais de dominação econômica, política e tecnológica entre países centrais e periféricos.

A origem da noção de centro-periferia está associada às CEPAL, especialmente nos trabalhos de Raúl Prebisch, que analisou as desigualdades estruturais do comércio internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. Prebisch argumentava que a economia mundial estava dividida entre países centrais, produtores de bens industrializados e tecnologicamente avançados, e países periféricos, especializados na exportação de produtos primários de baixo valor agregado. Segundo o autor, essa divisão internacional do trabalho produzia um intercâmbio desigual, no qual os países periféricos exportavam produtos baratos e importavam manufaturas com maior valor agregado, dificultando a acumulação interna de capital e a superação do subdesenvolvimento (Prebisch, 2000).

A perspectiva cepalina representou importante ruptura com as interpretações liberais clássicas que concebiam o comércio internacional como uma relação naturalmente benéfica para todos os países envolvidos. Para os estruturalistas latino-americanos, as assimetrias entre centro e periferia eram estruturais e historicamente construídas, decorrendo da própria expansão do capitalismo internacional desde o período colonial. Assim, o subdesenvolvimento não deveria ser entendido como ausência de desenvolvimento, mas como produto da inserção subordinada das economias periféricas na dinâmica do capitalismo mundial (Furtado, 2007).

Entretanto, embora a CEPAL reconhecesse a existência de desigualdades estruturais no sistema internacional, muitos autores da Teoria Marxista da Dependência consideravam insuficiente a proposta desenvolvimentista defendida pelos estruturalistas. Intelectuais como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Andre Gunder Frank argumentavam que a industrialização periférica, por si só, não seria capaz de romper com a dependência estrutural, pois o próprio desenvolvimento capitalista periférico estava subordinado às necessidades de acumulação das economias centrais.

Nesse contexto, a relação centro-periferia passa a ser compreendida não apenas como uma diferença de níveis de desenvolvimento econômico, mas como uma relação estrutural de exploração e transferência de valor. Segundo Marini (1973), a dependência constitui “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes”, na qual as relações de produção das economias subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Dessa maneira, o capitalismo dependente reproduz internamente as necessidades de acumulação do capital internacional, subordinando sua dinâmica econômica aos interesses dos países centrais.

A dinâmica do sistema mundial capitalista está profundamente vinculada ao processo histórico de expansão do imperialismo. A partir do século XIX, com a consolidação do capitalismo industrial europeu, as economias centrais passaram a necessitar de novos mercados consumidores, fontes de matérias-primas e áreas para exportação de capitais excedentes. Tal processo intensificou a incorporação das regiões periféricas à lógica do mercado mundial, consolidando relações econômicas profundamente desiguais. Conforme argumenta Vladimir Lenin, o imperialismo representa a fase monopolista do capitalismo, caracterizada pela concentração de capital, pelo domínio do capital financeiro e pela disputa internacional entre grandes potências econômicas (Lenin, 2012).

No caso latino-americano, a expansão imperialista produziu formas específicas de dependência econômica e política. As economias da região foram histori-

camente organizadas para atender às demandas externas, especializando-se na produção de commodities agrícolas e minerais destinadas aos países centrais. Esse padrão de inserção internacional gerou elevada vulnerabilidade econômica, dependência tecnológica e fragilidade produtiva, limitando a capacidade de desenvolvimento autônomo das nações periféricas (Dos Santos, 1978).

Além da dimensão econômica, a relação centro-periferia envolve mecanismos políticos e ideológicos de dominação. Os países centrais exercem influência sobre as economias periféricas por meio de organismos internacionais, instituições financeiras multilaterais e mecanismos diplomáticos e militares. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e outras instituições internacionais desempenham papel relevante na imposição de políticas econômicas alinhadas aos interesses do capital internacional, especialmente em contextos de crise da dívida e instabilidade financeira (Harvey, 2005).

Nesse sentido, a globalização neoliberal intensificou as formas contemporâneas de dependência. A partir das décadas de 1980 e 1990, diversos países periféricos adotaram políticas de liberalização econômica, privatizações e desregulamentação financeira, frequentemente condicionadas pelos programas de ajuste estrutural promovidos por organismos internacionais. Embora tais medidas fossem apresentadas como estratégias de modernização econômica e integração competitiva ao mercado global, seus resultados frequentemente aprofundaram a vulnerabilidade externa, a desindustrialização e as desigualdades sociais nas economias periféricas (Chesnais, 1996).

A financeirização da economia mundial constitui outro elemento fundamental para compreender a atual dinâmica centro-periferia. O predomínio do capital financeiro sobre a produção ampliou a dependência das economias periféricas em relação aos fluxos internacionais de capital e às oscilações dos mercados financeiros globais. Países periféricos passaram a depender crescentemente de investimentos externos, empréstimos internacionais e capitais especulativos, tornando-se mais suscetíveis a crises econômicas e instabilidades cambiais (Belluzzo, 2013).

No pensamento de Ruy Mauro Marini, a dinâmica do capitalismo dependente manifesta-se especialmente por meio da superexploração da força de trabalho. Segundo o autor, as economias periféricas compensam as perdas decorrentes do intercâmbio desigual internacional intensificando a exploração dos trabalhadores. Isso ocorre mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade laboral e a remuneração abaixo do valor necessário à reprodução da força de trabalho (Marini, 1973). Dessa forma, a transferência de valor para os países centrais é sustentada internamente pela precarização das condições de trabalho nas economias dependentes.

A superexploração torna-se, portanto, um mecanismo estrutural de reprodução da dependência. Diferentemente das economias centrais, onde parte dos ganhos de produtividade pode ser incorporada aos salários e ao mercado interno, nas economias periféricas a acumulação capitalista depende da compressão salarial e da intensificação da exploração laboral. Isso contribui para a manutenção das desigualdades sociais e para a limitação do consumo interno, dificultando a consolidação de processos autônomos de desenvolvimento econômico.

Outro conceito relevante elaborado por Marini é o de subimperialismo, utilizado para interpretar o papel assumido por determinadas economias periféricas

intermediárias, como o Brasil, no contexto do capitalismo internacional. Segundo o autor, o subimperialismo caracteriza-se pela atuação regional expansionista de países dependentes que, embora subordinados ao imperialismo central, exercem formas de dominação econômica e política sobre outras economias periféricas (Marini, 1977). Tal interpretação evidencia a complexidade das relações hierárquicas no sistema mundial, demonstrando que a dependência não exclui a existência de relações de dominação entre países periféricos.

A dinâmica centro-periferia também foi amplamente discutida por Immanuel Wallerstein em sua Teoria do Sistema-Mundo. Para Wallerstein (2004), o capitalismo deve ser compreendido como um sistema histórico global estruturado em três categorias principais: centro, semiperiferia e periferia. Os países centrais concentram atividades econômicas de alta tecnologia e maior rentabilidade, enquanto os periféricos especializam-se em atividades de baixa complexidade e reduzido valor agregado. Já a semiperiferia ocupa posição intermediária, funcionando como elemento de estabilização política e econômica do sistema mundial.

A contribuição de Wallerstein amplia a análise da dependência ao enfatizar a dimensão global e histórica do capitalismo. Segundo o autor, o sistema-mundo capitalista reproduz continuamente desigualdades estruturais mediante mecanismos de troca desigual, monopólio tecnológico e controle político internacional. Assim, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são processos independentes, mas dimensões complementares da expansão capitalista mundial.

Nos últimos anos, diversos estudos têm apontado a permanência e a reconfiguração das relações centro-periferia no contexto da globalização contemporânea. A crescente concentração tecnológica nas economias centrais, o domínio das grandes corporações transnacionais e a dependência digital e científica das economias periféricas evidenciam novas formas de subordinação internacional (Castells, 2020). Além disso, a chamada reprimarização econômica observada em diversos países latino-americanos demonstra a persistência de padrões históricos de inserção subordinada na economia global.

No caso brasileiro, a dependência manifesta-se atualmente por meio da vulnerabilidade externa, da dependência tecnológica e da forte inserção do país como exportador de commodities agrícolas e minerais. Embora o Brasil possua importante parque industrial e relativa diversificação econômica, o país permanece subordinado às dinâmicas financeiras e tecnológicas das economias centrais. A desnacionalização de setores estratégicos, a dependência de tecnologias estrangeiras e a fragilidade das políticas industriais revelam os limites estruturais do desenvolvimento capitalista dependente (Bresser-Pereira, 2010).

Além disso, a intensificação da precarização do trabalho e o crescimento das desigualdades sociais nas últimas décadas reforçam a atualidade das formulações de Marini sobre superexploração da força de trabalho. O avanço da informalidade, das plataformas digitais e das formas flexíveis de contratação demonstra como a lógica de intensificação da exploração laboral permanece central na dinâmica do capitalismo periférico contemporâneo.

Capítulo 4

O PENSAMENTO DE RUY MAURO MARINI



O pensamento de Ruy Mauro Marini ocupa posição central no desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência e na construção do pensamento crítico latino-americano. Suas formulações teóricas constituem uma das mais importantes interpretações acerca das particularidades do capitalismo dependente na América Latina, especialmente no contexto brasileiro. Fundamentado na tradição marxista e influenciado pelas transformações políticas e econômicas do século XX, Marini buscou compreender as especificidades da inserção periférica latino-americana no sistema capitalista mundial, analisando os mecanismos estruturais que reproduzem o subdesenvolvimento, a dependência econômica e a intensificação da exploração do trabalho.

As reflexões de Marini emergem em um período marcado por profundas mudanças na realidade latino-americana. As décadas de 1950, 1960 e 1970 foram caracterizadas pelo avanço da industrialização dependente, pela consolidação do imperialismo norte-americano na região e pela intensificação dos conflitos sociais e políticos decorrentes das desigualdades estruturais do capitalismo periférico. Nesse cenário, diversos intelectuais latino-americanos passaram a questionar os limites das teorias desenvolvimentistas defendidas por organismos internacionais e por setores das elites nacionais, que concebiam a industrialização como caminho natural para o desenvolvimento econômico.

Contrapondo-se às perspectivas estruturalistas mais moderadas, Marini desenvolveu uma interpretação radical da dependência, sustentando que o subdesenvolvimento latino-americano não representava uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural produzida pela própria lógica de expansão do capitalismo mundial. Para o autor, o capitalismo dependente não constitui uma deformação temporária do capitalismo central, mas uma forma específica e funcional de inserção periférica no sistema internacional de acumulação.

Nesse sentido, a principal contribuição teórica de Marini consiste na elaboração da categoria de superexploração da força de trabalho. Tal conceito representa um dos pilares da TMD e busca explicar como as economias periféricas compensam sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho. Segundo Marini, o intercâmbio desigual entre países centrais e periféricos produz perdas de valor para as economias dependentes, que são compensadas internamente mediante a intensificação da exploração dos trabalhadores.

A superexploração manifesta-se, de acordo com o autor, por meio de três mecanismos principais: a ampliação da jornada de trabalho além dos limites normais de reprodução da força laboral; a intensificação do ritmo produtivo; e a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor necessário à reprodução social do trabalhador. Dessa forma, o capitalismo dependente mantém sua dinâmica de acumulação não pela ampliação do mercado interno ou pela elevação dos salários, mas pela compressão salarial e pela precarização das condições de trabalho.

Essa interpretação diferencia-se significativamente das análises clássicas do capitalismo desenvolvidas a partir da experiência europeia. Enquanto nos países centrais o desenvolvimento industrial esteve associado, em determinados momentos históricos, à ampliação do consumo de massas e à incorporação relativa dos trabalhadores ao mercado consumidor, nas economias periféricas a acumulação capitalista ocorre mediante a reprodução sistemática das desigualdades

sociais e da exclusão econômica. Assim, a superexploração torna-se elemento estrutural e permanente do capitalismo dependente.

Outro conceito fundamental desenvolvido por Marini é o de subimperialismo. A partir da análise da realidade brasileira nas décadas de 1960 e 1970, o autor argumenta que determinadas economias periféricas podem assumir funções regionais de expansão econômica e política subordinadas ao imperialismo central. No caso do Brasil, Marini identifica a consolidação de uma política expansionista articulada aos interesses do capital internacional, especialmente norte-americano.

Segundo essa interpretação, o Brasil passou a exercer influência econômica e geopolítica sobre outros países latino-americanos, atuando como potência regional subordinada à ordem imperialista global. O subimperialismo brasileiro manifestava-se, entre outros aspectos, pela expansão industrial, pela exportação de capitais e pela atuação político-militar regional. Entretanto, tal posição não eliminava a condição dependente do país, uma vez que sua dinâmica econômica permanecia subordinada às necessidades de acumulação do capitalismo central.

As reflexões de Marini também apresentam forte crítica ao desenvolvimentismo latino-americano e às propostas reformistas defendidas por setores nacionalistas da burguesia. Para o autor, a burguesia latino-americana não possuía capacidade histórica de conduzir um projeto autônomo de desenvolvimento nacional, pois seus interesses estavam profundamente articulados ao capital internacional. Dessa forma, a industrialização dependente não representava uma ruptura com a dependência, mas sua reconfiguração em novos moldes produtivos e tecnológicos.

Tal análise aproxima o pensamento de Marini de uma perspectiva revolucionária, na medida em que o autor compreende a superação da dependência como inseparável da transformação estrutural das relações capitalistas de produção. Diferentemente das correntes reformistas que defendiam políticas de desenvolvimento nacional dentro dos marcos do capitalismo, Marini sustentava que a emancipação latino-americana exigiria a ruptura com a lógica do capitalismo dependente e com as estruturas imperialistas internacionais.

A obra de Marini também se destaca por sua contribuição metodológica às ciências sociais latino-americanas. Seu esforço intelectual buscou construir categorias analíticas capazes de interpretar as especificidades históricas da América Latina sem reproduzir mecanicamente modelos teóricos elaborados a partir das experiências europeias. Nesse sentido, a TMD representa importante tentativa de produção de conhecimento crítico enraizado na realidade latino-americana, valorizando a historicidade das formações sociais periféricas.

Além disso, o pensamento de Marini mantém significativa atualidade diante das transformações contemporâneas do capitalismo global. A expansão da financeirização, a globalização neoliberal, a precarização das relações de trabalho e a reprimarização econômica observadas em diversos países latino-americanos evidenciam a permanência de mecanismos estruturais de dependência. No caso brasileiro, problemas como desigualdade social, vulnerabilidade externa, dependência tecnológica e precarização laboral demonstram que muitos dos fenômenos analisados por Marini continuam presentes no século XXI.

A intensificação das formas flexíveis de trabalho, o crescimento da informalidade e a ampliação das desigualdades econômicas reforçam a relevância da categoria de superexploração da força de trabalho para interpretar as dinâmicas

contemporâneas do capitalismo periférico. Ao mesmo tempo, a crescente dependência financeira e tecnológica das economias latino-americanas em relação aos grandes centros capitalistas evidencia a persistência das relações desiguais entre centro e periferia no sistema mundial.

Outro aspecto relevante da obra de Marini refere-se à sua crítica ao imperialismo e à atuação dos organismos internacionais na reprodução da dependência econômica. O autor compreendia que as estruturas internacionais de poder econômico e político desempenhavam papel fundamental na manutenção da subordinação periférica, limitando a autonomia dos países latino-americanos e condicionando suas políticas econômicas aos interesses do capital internacional.

Embora durante certo período sua obra tenha sido marginalizada em parte do meio acadêmico brasileiro, especialmente em decorrência da repressão política instaurada pela ditadura civil-militar, observa-se nas últimas décadas uma retomada do interesse pelas formulações de Marini. O agravamento das desigualdades sociais, as crises econômicas recorrentes e os limites das políticas neoliberais contribuíram para revalorizar as interpretações críticas da dependência e do capitalismo periférico.

TRAJETÓRIA INTELECTUAL E CONTEXTO HISTÓRICO DE RUY MAURO MARINI

A trajetória intelectual de Ruy Mauro Marini está profundamente vinculada às transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na América Latina ao longo do século XX. Considerado um dos principais formuladores da TMD, Marini construiu uma interpretação crítica acerca do capitalismo latino-americano, articulando elementos do marxismo com a realidade histórica das economias periféricas. Sua produção intelectual emerge em um contexto marcado por intensos debates sobre desenvolvimento, industrialização, imperialismo e revolução social, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970. Nesse sentido, compreender a trajetória de Marini exige analisar simultaneamente sua formação acadêmica, sua atuação política e o ambiente histórico no qual suas ideias foram elaboradas.

Ruy Mauro Marini nasceu em 1932, na cidade de Barbacena, em Minas Gerais, em um período no qual o Brasil vivenciava profundas transformações decorrentes do processo de modernização econômica e reorganização política iniciado após a Revolução de 1930. O contexto de sua formação foi marcado pelo avanço da industrialização nacional, pela ampliação da urbanização e pelo fortalecimento do papel do Estado na economia brasileira. Ao mesmo tempo, o país permanecia estruturalmente dependente das economias centrais, reproduzindo desigualdades sociais históricas associadas à herança colonial e escravista.

Sua formação universitária ocorreu na então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde estudou Administração Pública e posteriormente aproximou-se das discussões relacionadas à economia política, sociologia e marxismo. Desde os primeiros anos de sua formação intelectual, Marini demonstrou forte interesse pelas questões latino-americanas e pelos dilemas do desenvolvimento econômico periférico. Sua aproximação com correntes críticas do pensamento social ocorreu em um momento em que diversos intelectuais latino-americanos buscavam formular interpretações próprias acerca do subdesenvolvimento regional, em oposição às teorias eurocêntricas predominantes

nas ciências sociais.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a América Latina tornou-se um importante espaço de efervescência intelectual e política. A criação da CEPAL, sob liderança de Raúl Prebisch, contribuiu para consolidar o debate acerca das relações desiguais entre centro e periferia no sistema capitalista internacional. A CEPAL defendia a industrialização por substituição de importações como estratégia para superar o subdesenvolvimento latino-americano, argumentando que os países periféricos deveriam reduzir sua dependência em relação à exportação de produtos primários (Prebisch, 2000).

Embora as formulações cepalinas tenham desempenhado papel importante na crítica ao liberalismo econômico clássico, Marini e outros intelectuais latino-americanos passaram a questionar os limites do desenvolvimentismo defendido pela CEPAL. Para esses autores, a industrialização dependente não eliminava as relações estruturais de subordinação ao capital internacional, mas reproduzia novas formas de dependência econômica, tecnológica e financeira (Bambirra, 2019). Nesse contexto, a aproximação de Marini com o marxismo tornou-se fundamental para o desenvolvimento de uma interpretação mais radical acerca das contradições do capitalismo periférico.

A atuação política de Ruy Mauro Marini também exerceu forte influência sobre sua produção intelectual. Durante o início da década de 1960, o autor participou ativamente dos debates políticos relacionados às reformas estruturais no Brasil, especialmente no contexto do governo de João Goulart. O período foi marcado por intensa polarização ideológica, mobilização popular e disputas em torno de projetos de desenvolvimento nacional. As chamadas Reformas de Base, propostas pelo governo Goulart, buscavam promover mudanças nas áreas agrária, educacional, tributária e urbana, enfrentando resistência de setores conservadores da sociedade brasileira.

Nesse ambiente político, Marini aproximou-se de organizações de esquerda e de movimentos intelectuais comprometidos com a transformação social latino-americana. Sua atuação refletia a percepção de que o desenvolvimento dependente brasileiro não poderia ser superado apenas por reformas econômicas moderadas, mas exigia mudanças estruturais profundas nas relações de produção e na inserção internacional do país. Tal perspectiva aproximava-se das interpretações revolucionárias influenciadas pela Revolução Cubana de 1959, evento que exerceu enorme impacto sobre o pensamento crítico latino-americano (Löwy, 2016).

O golpe civil-militar de 1964 representou um marco decisivo tanto na trajetória pessoal quanto intelectual de Ruy Mauro Marini. A instauração da ditadura militar no Brasil resultou na perseguição de intelectuais, estudantes e militantes políticos identificados com posições de esquerda. Assim como diversos outros pensadores latino-americanos, Marini foi obrigado a deixar o país em razão da repressão política instaurada pelo regime militar. O exílio tornou-se, paradoxalmente, um espaço de amadurecimento teórico e ampliação de sua inserção internacional nos debates acadêmicos latino-americanos.

Inicialmente, Marini estabeleceu-se no México, país que naquele período se consolidava como importante centro de produção intelectual crítica na América Latina. Sua atuação acadêmica ocorreu principalmente na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), onde desenvolveu grande parte de suas formula-

ções sobre dependência, imperialismo e capitalismo periférico. O ambiente intelectual mexicano favoreceu o diálogo com outros importantes teóricos da dependência, como Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank.

Foi nesse contexto que Marini consolidou sua principal obra, “Dialética da Dependência”, publicada originalmente em 1973. Nesse trabalho, o autor desenvolveu uma interpretação inovadora acerca do capitalismo dependente latino-americano, articulando categorias marxistas clássicas com as especificidades históricas das economias periféricas. A obra tornou-se referência central da chamada Teoria Marxista da Dependência, destacando-se pela formulação do conceito de superexploração da força de trabalho (Marini, 1973).

Segundo Marini (1973), a dependência latino-americana não poderia ser compreendida apenas como uma relação comercial desigual entre países, mas como uma estrutura de reprodução do capital baseada na transferência sistemática de valor das economias periféricas para os centros capitalistas. Nesse processo, a superexploração da força de trabalho desempenharia papel fundamental, permitindo compensar as perdas decorrentes das trocas desiguais no mercado internacional. Assim, os trabalhadores das economias dependentes seriam submetidos a formas intensificadas de exploração mediante baixos salários, ampliação da jornada de trabalho e intensificação produtiva.

A formulação da categoria de superexploração representou uma das contribuições mais originais do pensamento de Marini para a tradição marxista latino-americana. Diferentemente das interpretações desenvolvimentistas, que concebiam a industrialização como caminho para o progresso econômico e social, Marini argumentava que o capitalismo dependente reproduzia estruturalmente desigualdades e formas específicas de exploração social (Osorio, 2018). Dessa maneira, o subdesenvolvimento não constituía uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição produzida pela própria dinâmica do capitalismo mundial.

Outro conceito relevante elaborado por Marini foi o de subimperialismo. Em sua análise sobre o Brasil durante a ditadura militar, o autor identificou que o país passou a desempenhar papel regional de expansão econômica subordinada aos interesses do imperialismo norte-americano. Para Marini (1977), o subimperialismo brasileiro caracterizava-se pela combinação entre desenvolvimento industrial interno, expansão de capitais nacionais para países vizinhos e alinhamento político-militar aos Estados Unidos. Essa interpretação buscava explicar a posição intermediária assumida pelo Brasil no sistema capitalista internacional.

A trajetória intelectual de Marini também foi marcada por intensos debates e controvérsias teóricas. Suas críticas ao desenvolvimentismo e às interpretações reformistas da dependência geraram divergências com autores vinculados à CEPAL e com intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Enquanto Cardoso e Faletto defendiam a possibilidade de desenvolvimento capitalista associado nas economias dependentes, Marini enfatizava os limites estruturais da dependência e a impossibilidade de superação do subdesenvolvimento dentro das relações capitalistas internacionais (Cardoso; Faletto, 2011).

Esses debates revelam a diversidade interna das teorias da dependência e demonstram que o pensamento latino-americano do período esteve longe de constituir um bloco homogêneo. Ainda assim, a obra de Marini destacou-se por seu rigor teórico e por sua capacidade de articular análise econômica, sociológica

e política das formações sociais latino-americanas. Sua interpretação manteve forte compromisso com a tradição marxista revolucionária, enfatizando a centralidade da luta de classes e da transformação estrutural da sociedade.

Com o processo de redemocratização brasileira nas décadas de 1980 e 1990, as formulações da TMD sofreram relativa marginalização no meio acadêmico, especialmente diante da ascensão das perspectivas neoliberais e da predominância de abordagens associadas à globalização econômica. Entretanto, a partir dos anos 2000, observou-se significativa retomada do interesse pelas obras de Marini e de outros teóricos da dependência, sobretudo em razão das crises econômicas internacionais, do aprofundamento das desigualdades sociais e da permanência da vulnerabilidade econômica latino-americana.

Estudos recentes têm destacado a atualidade das categorias formuladas por Marini para compreender fenômenos contemporâneos como financeirização, precarização do trabalho, reprimarização econômica e dependência tecnológica (Traspadini; Stedile, 2011). Além disso, autores contemporâneos têm enfatizado a relevância da superexploração da força de trabalho para interpretar as transformações do mercado laboral em países periféricos diante da globalização neoliberal (Carcanholo, 2013).

Nesse sentido, a trajetória intelectual de Ruy Mauro Marini revela a construção de um pensamento profundamente comprometido com a análise crítica das contradições do capitalismo latino-americano. Sua obra permanece como uma das principais referências da tradição crítica regional, oferecendo instrumentos teóricos fundamentais para compreender as relações entre dependência, imperialismo e exploração social na América Latina contemporânea.

Ao longo de sua produção intelectual, Marini buscou demonstrar que o desenvolvimento capitalista periférico não representa simples atraso em relação aos países centrais, mas uma forma específica de inserção subordinada no sistema mundial. Sua análise evidencia que as desigualdades estruturais latino-americanas estão diretamente relacionadas à lógica de acumulação do capitalismo internacional e às formas históricas de exploração construídas desde o período colonial.

A CATEGORIA DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A categoria de superexploração da força de trabalho constitui uma das principais contribuições teóricas elaboradas por Ruy Mauro Marini no âmbito da TMD. Desenvolvida especialmente em sua obra *Dialética da Dependência*, publicada originalmente em 1973, essa formulação buscou explicar as particularidades do processo de acumulação capitalista nas economias dependentes latino-americanas, evidenciando que o capitalismo periférico não reproduz mecanicamente o modelo de desenvolvimento dos países centrais, mas apresenta mecanismos específicos de exploração do trabalho vinculados à inserção subordinada dessas economias no sistema capitalista mundial (Marini, 1973).

A formulação de Marini parte da crítica às interpretações desenvolvimentistas que compreendiam o subdesenvolvimento como uma etapa transitória do progresso capitalista. Em oposição a essa perspectiva, o autor argumenta que o subdesenvolvimento é produzido historicamente pela própria dinâmica do ca-

pitalismo internacional, sendo resultado das relações desiguais estabelecidas entre centro e periferia. Nesse contexto, a superexploração da força de trabalho emerge como mecanismo estrutural que permite às economias dependentes compensarem as perdas decorrentes da transferência de valor para os países centrais (Marini, 1973).

A construção dessa categoria possui forte fundamentação na crítica da economia política desenvolvida por Karl Marx. Em *O Capital*, Marx (2013) demonstrou que a exploração da força de trabalho constitui elemento central da acumulação capitalista, uma vez que o capitalista se apropria da mais-valia produzida pelo trabalhador durante o processo produtivo. A força de trabalho, enquanto mercadoria, possui valor determinado pelo tempo socialmente necessário para sua reprodução, ou seja, pelos meios indispensáveis à manutenção física e social do trabalhador. Entretanto, Marini observa que, nas economias dependentes, a lógica de acumulação ultrapassa os limites normais da exploração capitalista analisados por Marx, impondo formas extremas de extração de mais-valia.

Segundo Marini (1973), a superexploração caracteriza-se pela violação sistemática do valor da força de trabalho. Em vez de remunerar o trabalhador de acordo com os custos necessários à sua reprodução social, o capitalismo dependente reduz salários abaixo desse patamar, amplia excessivamente a jornada de trabalho e intensifica o ritmo produtivo. Dessa forma, a superexploração não representa apenas um aumento quantitativo da exploração, mas uma forma qualitativamente distinta de extração de mais-valia, marcada pela deterioração das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora periférica.

Marini identifica três mecanismos fundamentais de superexploração: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada laboral e a apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador. A intensificação do trabalho refere-se ao aumento do desgaste físico e mental do trabalhador sem correspondente elevação salarial. Já o prolongamento da jornada amplia o tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista. Por fim, a apropriação do fundo de consumo ocorre quando os salários pagos se tornam insuficientes para garantir a reprodução adequada da força de trabalho, comprometendo necessidades básicas relacionadas à alimentação, moradia, saúde e educação (Marini, 1973).

Essa formulação permitiu compreender por que o desenvolvimento capitalista latino-americano ocorreu simultaneamente ao aprofundamento das desigualdades sociais. Diferentemente do que ocorreu em alguns países centrais, nos quais o avanço industrial esteve parcialmente associado à ampliação do consumo interno e à incorporação de parcelas da classe trabalhadora aos benefícios do crescimento econômico, nas economias dependentes a industrialização ocorreu mediante forte compressão salarial e concentração de renda (Antunes, 2018). Assim, o crescimento econômico periférico não implicou necessariamente melhoria nas condições de vida da maioria da população trabalhadora.

A categoria de superexploração também se relaciona diretamente à inserção subordinada da América Latina na divisão internacional do trabalho. Para Marini (1973), as economias dependentes especializaram-se historicamente na exportação de produtos primários e de bens industriais de baixo valor agregado, enfrentando relações desiguais de troca no mercado internacional. A deterioração dos termos de intercâmbio entre produtos manufaturados centrais e mercadorias periféricas gera perdas de valor para as economias dependentes, exigindo

mecanismos internos de compensação. Nesse cenário, a superexploração da força de trabalho torna-se funcional à reprodução do capitalismo dependente, pois permite elevar a taxa de lucro mediante a redução do custo da mão de obra.

A análise de Marini apresenta significativa originalidade ao demonstrar que a dependência não deve ser compreendida apenas como fenômeno externo, relacionado às relações comerciais e financeiras internacionais, mas também como estrutura interna de organização econômica e social. A superexploração constitui precisamente o elo entre dependência externa e dinâmica interna da acumulação capitalista periférica. Nesse sentido, a exploração intensificada da classe trabalhadora latino-americana não decorre apenas de atrasos institucionais ou insuficiência de modernização, mas representa exigência estrutural do capitalismo dependente.

Outro aspecto relevante da formulação mariniana refere-se à crítica às teses dualistas que interpretavam a economia latino-americana como coexistência entre setores modernos e atrasados. Para Marini (1973), o chamado atraso não constitui resíduo pré-capitalista destinado a desaparecer com o desenvolvimento industrial, mas elemento funcional ao próprio capitalismo dependente. As formas precárias de trabalho, a informalidade, os baixos salários e a exclusão social integram a lógica de acumulação periférica e contribuem para a reprodução da dependência.

As contribuições de Marini foram amplamente debatidas no interior da TMD e das ciências sociais latino-americanas. Pensadores na área como Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra aprofundaram análises acerca da relação entre dependência, exploração do trabalho e desenvolvimento capitalista periférico. Dos Santos (1978) argumenta que a dependência deve ser entendida como situação em que a expansão econômica de determinados países se encontra condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outras economias dominantes. Já Bambirra (2019) destaca que o capitalismo dependente produz formas específicas de marginalização social e concentração de renda, associadas à subordinação estrutural das economias latino-americanas ao capital internacional.

Nas últimas décadas, a categoria de superexploração voltou a ganhar centralidade em razão das transformações promovidas pela globalização neoliberal. A reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho e a financeirização da economia intensificaram processos de precarização laboral em diversos países periféricos. Segundo Antunes (2018), o capitalismo contemporâneo promove novas formas de degradação do trabalho, marcadas pela instabilidade, pela informalidade e pela perda de direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Embora inserido em contexto distinto daquele analisado por Marini, o avanço da precarização laboral revela a permanência de mecanismos de intensificação da exploração nas economias dependentes.

No caso brasileiro, diversos estudos recentes apontam a atualidade da categoria de superexploração para compreender as transformações do mercado de trabalho. A expansão do trabalho informal, o crescimento das plataformas digitais, a terceirização e a flexibilização trabalhista intensificaram formas precárias de inserção laboral. Luce (2018) argumenta que a superexploração permanece elemento estrutural do capitalismo brasileiro contemporâneo, manifestando-se por meio de baixos salários, elevada rotatividade, jornadas extensas e fragilidade das condições de proteção social.

A reforma trabalhista implementada no Brasil em 2017 constitui importante exemplo desse processo. A flexibilização das relações de trabalho, a ampliação das formas de contratação precária e o enfraquecimento das organizações sindicais contribuíram para aprofundar a vulnerabilidade dos trabalhadores. Nesse contexto, a lógica da superexploração manifesta-se não apenas na redução salarial, mas também na ampliação da insegurança econômica e da instabilidade ocupacional (Luce, 2018). O crescimento do trabalho por aplicativos, por exemplo, evidencia formas contemporâneas de intensificação do trabalho associadas à ausência de direitos trabalhistas e à transferência dos custos de reprodução da força de trabalho para o próprio trabalhador.

Além disso, Antunes (2018) observa que a categoria elaborada por Marini apresenta importante contribuição para compreender as desigualdades sociais persistentes na América Latina. Mesmo diante de períodos de crescimento econômico, muitos países da região mantiveram elevados índices de concentração de renda, pobreza e exclusão social. Tal realidade demonstra que o desenvolvimento capitalista periférico não elimina automaticamente as contradições estruturais da dependência, podendo inclusive aprofundar mecanismos de exploração social.

Alguns críticos da TMD argumentaram que a formulação da superexploração apresentaria excessivo determinismo econômico ou limitaria as possibilidades de desenvolvimento capitalista periférico. Autores vinculados a correntes desenvolvimentistas defenderam que a industrialização e a modernização econômica poderiam reduzir progressivamente as desigualdades sociais e ampliar a autonomia nacional. Entretanto, a persistência das assimetrias internacionais e das condições precárias de trabalho em diversos países periféricos reforça a relevância das análises de Marini.

Outro aspecto importante refere-se à dimensão política da superexploração. Para Marini (1973), a manutenção de formas extremas de exploração do trabalho exige frequentemente mecanismos autoritários de controle social e repressão política. Na América Latina, diversos regimes militares instaurados durante o século XX estiveram associados à implementação de projetos econômicos voltados à modernização dependente e à contenção das mobilizações populares. Assim, a superexploração não se restringe à esfera econômica, articulando-se também às estruturas políticas e institucionais do capitalismo dependente.

No contexto contemporâneo, a intensificação das desigualdades globais e a crise estrutural do capitalismo ampliaram o interesse acadêmico pelas formulações da Teoria Marxista da Dependência. Pesquisadores têm retomado as categorias desenvolvidas por Marini para analisar fenômenos como financeirização, precarização do trabalho, reprimarização econômica e expansão das cadeias globais de valor. Nesse sentido, a categoria de superexploração permanece relevante para compreender como o capitalismo periférico continua reproduzindo formas intensificadas de exploração da força de trabalho em benefício da acumulação global de capital.

SUBIMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

A formulação do conceito de subimperialismo representa uma das contribuições mais originais desenvolvidas por Ruy Mauro Marini no interior da TMD.

Elaborado principalmente na década de 1970, o conceito buscava interpretar as transformações ocorridas no capitalismo brasileiro durante o regime civil-militar instaurado em 1964, especialmente diante da intensificação da industrialização, da expansão monopolista e da crescente inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo internacional. Para Marini, o desenvolvimento econômico brasileiro não significava a superação da dependência, mas sim a constituição de uma forma específica de inserção subordinada no sistema capitalista mundial, marcada pela associação entre capital nacional, capital estrangeiro e Estado autoritário.

O conceito de subimperialismo emerge no contexto de críticas às interpretações desenvolvimentistas que defendiam a industrialização como mecanismo capaz de conduzir os países periféricos ao desenvolvimento autônomo. Em oposição a essa perspectiva, Marini argumentava que o capitalismo dependente possuía uma lógica própria de reprodução, articulada estruturalmente às necessidades do capitalismo central. Nesse sentido, mesmo os países periféricos que alcançavam maior grau de industrialização continuavam subordinados às relações internacionais de dependência econômica, tecnológica e financeira (Marini, 1973).

Segundo Marini (1977), o subimperialismo pode ser compreendido como a forma assumida por determinadas economias dependentes que, ao atingirem um nível intermediário de desenvolvimento industrial e militar, passam a exercer funções de expansão regional do capital em consonância com os interesses do imperialismo central. O Brasil, nesse contexto, assumiria a posição de potência regional subordinada, atuando simultaneamente como economia dependente em relação aos países centrais e como agente de dominação econômica sobre países periféricos vizinhos.

A formulação mariniana parte da compreensão de que o capitalismo dependente não elimina suas contradições estruturais com o avanço da industrialização. Pelo contrário, a industrialização dependente aprofunda a necessidade de expansão externa como forma de compensar os limites internos da acumulação capitalista. Em economias periféricas marcadas pela concentração de renda e pela superexploração da força de trabalho, o mercado interno apresenta capacidade limitada de absorção da produção industrial. Dessa maneira, a expansão para mercados externos torna-se condição necessária para a continuidade da acumulação de capital (Marini, 1977).

O subimperialismo brasileiro estaria diretamente relacionado ao processo de modernização conservadora ocorrido durante a ditadura militar. A partir da década de 1960, o Estado brasileiro promoveu políticas voltadas à internacionalização da economia, ao fortalecimento da indústria pesada e à ampliação da infraestrutura nacional. Tal processo contou com forte participação do capital estrangeiro, especialmente de empresas multinacionais norte-americanas, além do apoio de organismos financeiros internacionais. Entretanto, essa modernização ocorreu sem ruptura com as estruturas de desigualdade social e dependência externa, reforçando a concentração de renda e a superexploração do trabalho (Bambirra, 2019).

Marini identifica que o subimperialismo brasileiro possuía três características fundamentais: composição orgânica média do capital relativamente elevada; integração monopolista ao capital internacional; e política expansionista regional relativamente autônoma (Marini, 1977). A composição orgânica elevada refere-se ao desenvolvimento de setores industriais mais complexos, especialmente

nas áreas de siderurgia, petroquímica, mineração e indústria automobilística. Já a integração monopolista demonstra a associação estrutural entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro, consolidando um padrão de acumulação subordinado aos interesses do capitalismo central.

A política expansionista regional manifestou-se principalmente por meio da atuação econômica e diplomática do Brasil na América Latina e na África durante o regime militar. O Estado brasileiro buscou ampliar mercados consumidores, garantir acesso a matérias-primas estratégicas e expandir investimentos de empresas nacionais em países periféricos. Tal expansão, contudo, não representava autonomia imperialista plena, mas sim um movimento subordinado aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria (Dos Santos, 2015).

A relação entre subimperialismo e dependência econômica constitui um elemento central na análise mariniana. Diferentemente das interpretações que concebiam o imperialismo apenas como dominação exercida pelas grandes potências centrais, Marini demonstra que determinadas economias periféricas podem desempenhar funções intermediárias no sistema capitalista internacional. O Brasil, embora dependente do capital estrangeiro, exerceria simultaneamente formas de dominação econômica sobre países vizinhos menos industrializados, reproduzindo regionalmente mecanismos de exploração e transferência de valor (Marini, 1977).

Essa interpretação permitiu ampliar a compreensão das hierarquias existentes no interior do capitalismo dependente. A dependência não se manifesta de maneira homogênea entre todos os países periféricos; ao contrário, existem diferentes níveis de inserção subordinada no sistema mundial. Alguns países assumem posições relativamente privilegiadas no interior da periferia capitalista, tornando-se polos regionais de acumulação e expansão econômica, embora continuem subordinados às economias centrais (Osorio, 2018).

A noção de subimperialismo também está profundamente relacionada ao conceito de superexploração da força de trabalho. Segundo Marini (1973), o capitalismo dependente sustenta sua competitividade internacional por meio da intensificação da exploração laboral. Isso ocorre porque as economias periféricas precisam compensar as transferências de valor realizadas em favor dos países centrais. Dessa forma, o aumento da produtividade industrial não resulta necessariamente em melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, mas frequentemente aprofunda a precarização do trabalho e a concentração de renda.

No caso brasileiro, o chamado “milagre econômico” ocorrido entre os anos de 1968 e 1973 exemplifica essa dinâmica. Embora o país tenha registrado elevadas taxas de crescimento econômico, tal expansão esteve acompanhada pelo arrocho salarial, pela repressão política e pelo aumento das desigualdades sociais. O crescimento industrial brasileiro ocorreu mediante forte endividamento externo, dependência tecnológica e intensificação da exploração da força de trabalho, confirmando os limites estruturais do desenvolvimento dependente (Singer, 1976).

Além disso, Marini enfatiza que o subimperialismo possui forte dimensão geopolítica. Durante a Guerra Fria, o Brasil assumiu papel estratégico na contenção de movimentos revolucionários e de governos nacionalistas na América Latina. O regime militar brasileiro atuou em consonância com os interesses norte-americanos, apoiando golpes de Estado e políticas anticomunistas na região. Essa atuação reforçou a posição do Brasil como aliado regional dos Estados Unidos e

como agente de estabilização da ordem capitalista dependente (Martins, 2011).

As formulações de Marini receberam críticas tanto de setores desenvolvimentistas quanto de autores vinculados à própria Teoria da Dependência. Alguns críticos argumentaram que o conceito de subimperialismo superestimava a autonomia econômica e política do Brasil, ignorando a profunda vulnerabilidade externa da economia brasileira. Outros sustentaram que a expansão regional brasileira não poderia ser comparada ao imperialismo clássico das grandes potências capitalistas (Cardoso; Faletto, 2011).

Entretanto, diversos estudiosos contemporâneos reconhecem a relevância analítica do conceito para compreender as transformações do capitalismo brasileiro e latino-americano. Para Luce (2018), o subimperialismo permanece uma categoria útil para analisar a atuação internacional do Brasil em períodos recentes, especialmente durante os governos que estimularam a internacionalização de empresas brasileiras e a ampliação da influência econômica regional. Grandes construtoras, mineradoras e empresas de energia passaram a expandir suas operações para diversos países latino-americanos e africanos, frequentemente contando com financiamento estatal e apoio diplomático brasileiro.

A expansão de empresas brasileiras como a Odebrecht, a Petrobras e a Vale em países periféricos demonstram como o capitalismo brasileiro desenvolveu mecanismos regionais de acumulação e dominação econômica. Embora essas empresas operem em um contexto de dependência global em relação ao capital financeiro internacional, elas exercem simultaneamente forte influência sobre economias periféricas menores, reproduzindo relações desiguais de poder econômico (Luce, 2018).

A partir da década de 1990, o avanço das políticas neoliberais intensificou a abertura econômica, a financeirização e a desnacionalização produtiva em diversos países latino-americanos. No Brasil, esse processo ampliou a dependência em relação ao capital financeiro internacional, ao mesmo tempo em que fortaleceu grupos econômicos nacionais capazes de competir regionalmente. Assim, o subimperialismo contemporâneo manifesta-se em um contexto marcado pela hegemonia do capital financeiro e pela integração subordinada às cadeias globais de produção (Katz, 2020).

Além da dimensão econômica, o conceito de subimperialismo permite compreender os mecanismos políticos e militares utilizados para manutenção da ordem dependente. A atuação brasileira em missões internacionais, acordos militares e projetos de integração regional frequentemente esteve associada à busca por liderança geopolítica na América do Sul. Entretanto, tal protagonismo ocorre dentro dos limites impostos pela hegemonia norte-americana e pelas estruturas do capitalismo global (Berringer, 2015).

No século XXI, o debate sobre dependência econômica ganhou renovada importância diante das transformações da economia mundial. A reprimarização das exportações latino-americanas, a crescente influência da China na região e a vulnerabilidade financeira das economias periféricas recolocaram em evidência questões centrais discutidas pela TMD. No caso brasileiro, a persistência das desigualdades sociais, da precarização do trabalho e da dependência tecnológica demonstra a permanência de elementos estruturais do capitalismo dependente analisados por Marini (1973, 1977).

A atualidade do conceito de subimperialismo também pode ser observada nas disputas geopolíticas contemporâneas envolvendo recursos naturais, infraestrutura e mercados regionais. De acordo com Berringer (2015), o Brasil continua exercendo influência econômica significativa sobre países vizinhos, especialmente por meio de investimentos, integração energética e atuação de grandes empresas nacionais. Contudo, essa influência permanece condicionada pela dependência financeira e tecnológica em relação às grandes potências globais.

CRÍTICAS DE MARINI AO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

A crítica elaborada por Ruy Mauro Marini ao desenvolvimentismo brasileiro constitui um dos pilares centrais da Teoria Marxista da Dependência e representa uma das interpretações mais contundentes acerca das limitações estruturais do capitalismo latino-americano. Inserido no contexto político e intelectual das décadas de 1960 e 1970, Marini formulou uma análise crítica das estratégias econômicas adotadas pelos países periféricos, especialmente pelo Brasil, questionando a crença de que a industrialização nacional seria capaz de conduzir automaticamente ao desenvolvimento econômico autônomo e à superação do subdesenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimentismo brasileiro não rompeu com as bases estruturais da dependência, mas, ao contrário, aprofundou a subordinação econômica do país ao capital internacional e intensificou os mecanismos de exploração da força de trabalho.

O pensamento desenvolvimentista ganhou força na América Latina principalmente após a Segunda Guerra Mundial, influenciado pelas formulações da CEPAL. A CEPAL defendia que o subdesenvolvimento latino-americano resultava da deterioração dos termos de troca entre países exportadores de produtos primários e nações industrializadas. Assim, propunha-se a industrialização por substituição de importações como estratégia fundamental para promover o crescimento econômico, fortalecer o mercado interno e reduzir a dependência externa (Prebisch, 2000).

No Brasil, o desenvolvimentismo consolidou-se sobretudo durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, períodos marcados pela ampliação da intervenção estatal na economia, pela criação de empresas estratégicas e pelo incentivo à industrialização pesada. O Estado passou a desempenhar papel central na construção de infraestrutura, no financiamento da indústria nacional e na atração de investimentos estrangeiros, especialmente nos setores automobilístico, siderúrgico e energético (Bresser-Pereira, 2006). Nesse contexto, predominava a expectativa de que a industrialização permitiria ao Brasil superar sua condição periférica e alcançar padrões de desenvolvimento semelhantes aos das economias centrais.

Entretanto, Marini questionou profundamente os pressupostos teóricos e políticos do desenvolvimentismo. Em sua perspectiva, a industrialização latino-americana não representava uma ruptura com a dependência, mas uma nova forma de inserção subordinada no capitalismo internacional. Diferentemente das interpretações cepalinas, que viam a dependência como um obstáculo externo ao desenvolvimento, Marini sustentava que a dependência era constitutiva do próprio processo de acumulação capitalista nas economias periféricas (Marini, 2011).

Segundo o autor, o capitalismo dependente latino-americano desenvolveu-se articulado às necessidades de expansão do capital monopolista internacional. A industrialização brasileira ocorreu sob forte influência do capital estrangeiro, da dependência tecnológica e do financiamento externo, fatores que limitaram a autonomia econômica nacional. Assim, embora houvesse crescimento industrial e modernização produtiva, esse processo não eliminava as relações de subordinação estrutural entre centro e periferia (Marini, 1973).

Um dos principais pontos da crítica mariniana refere-se à crença desenvolvimentista na existência de uma burguesia nacional comprometida com um projeto autônomo de desenvolvimento. Para Marini, a burguesia brasileira encontrava-se historicamente articulada aos interesses do capital internacional e das elites agrárias tradicionais, formando um bloco dominante incapaz de promover transformações estruturais profundas. Em vez de liderar um processo nacional de emancipação econômica, a burguesia dependente atuava como agente intermediário da expansão capitalista internacional (Marini, 2000).

Essa crítica diferencia Marini de setores nacional-desenvolvimentistas que acreditavam na possibilidade de uma aliança entre burguesia industrial e trabalhadores em favor do desenvolvimento nacional. Para o autor, tal aliança era limitada pelas próprias condições estruturais do capitalismo dependente, no qual a acumulação de capital estava condicionada à transferência de valor para os países centrais e à intensificação da exploração do trabalho. Dessa forma, o desenvolvimento econômico brasileiro não poderia ser compreendido como um projeto nacional autônomo, mas como parte integrante da dinâmica do capitalismo mundial (Dos Santos, 1978).

A análise de Marini torna-se ainda mais relevante quando associada ao conceito de superexploração da força de trabalho, categoria central em sua interpretação do capitalismo dependente. Segundo o autor, as economias periféricas compensam sua posição subordinada no mercado internacional mediante mecanismos extraordinários de exploração do trabalhador. Essa superexploração ocorre por meio da ampliação da jornada de trabalho, da intensificação do ritmo produtivo e da remuneração abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho (Marini, 1973).

Nesse sentido, Marini argumenta que o desenvolvimento industrial brasileiro esteve baseado não na ampliação do consumo popular e na distribuição de renda, como sugeriam os teóricos desenvolvimentistas, mas na compressão salarial e na concentração de riqueza. O crescimento econômico brasileiro das décadas de 1960 e 1970, especialmente durante o chamado “milagre econômico”, ocorreu simultaneamente ao agravamento das desigualdades sociais, à precarização das relações de trabalho e à repressão política promovida pela ditadura civil-militar instaurada em 1964 (Oliveira, 2003).

Para Marini, o modelo desenvolvimentista brasileiro apresentava uma contradição estrutural: ao mesmo tempo em que promovia modernização industrial, mantinha mecanismos arcaicos de exploração social. Essa combinação entre modernização econômica e exclusão social revelava o caráter dependente do capitalismo brasileiro, incapaz de reproduzir internamente os padrões de consumo e bem-estar observados nos países centrais. Assim, a industrialização dependente produzia crescimento econômico sem desenvolvimento social efetivo (Marini, 2011).

Outro aspecto importante das críticas marinianas diz respeito à internacionalização da economia brasileira. Durante o período desenvolvimentista, especialmente a partir do governo Juscelino Kubitschek, observou-se significativa entrada de empresas multinacionais no país. Embora esse processo fosse frequentemente apresentado como sinal de modernização e progresso econômico, Marini interpretava a crescente presença do capital estrangeiro como fator de aprofundamento da dependência estrutural. Para ele, a internacionalização da economia subordinava o desenvolvimento industrial brasileiro às estratégias globais das grandes corporações internacionais, reduzindo a capacidade nacional de controle sobre setores estratégicos da economia (Bambirra, 2019).

Além disso, Marini criticava a dependência tecnológica produzida pelo modelo desenvolvimentista. A industrialização brasileira ocorreu mediante importação de máquinas, tecnologias e conhecimentos técnicos provenientes dos países centrais, gerando forte vulnerabilidade externa e dificultando a construção de autonomia científica e tecnológica. Tal dependência tecnológica reforçava a transferência de valor das economias periféricas para os centros capitalistas avançados, perpetuando a subordinação econômica latino-americana (Dos Santos, 2000).

As formulações de Marini também apresentaram críticas contundentes ao papel desempenhado pelo Estado no capitalismo dependente. Embora reconhecesse a importância da intervenção estatal no processo de industrialização, o autor argumentava que o Estado brasileiro atuava prioritariamente em favor da reprodução do capital dependente e da manutenção das estruturas de dominação social. Nesse sentido, o Estado não representava um instrumento neutro de desenvolvimento nacional, mas uma instituição vinculada aos interesses das classes dominantes internas e do capital internacional (Marini, 1977).

A análise mariniana ganhou novos significados após o golpe civil-militar de 1964. Para o autor, o regime autoritário instaurado no Brasil representou uma resposta política às contradições do capitalismo dependente e à necessidade de garantir condições favoráveis à expansão do capital monopolista internacional. A repressão aos movimentos sociais, o controle sindical e a contenção salarial foram interpretados como mecanismos fundamentais para assegurar a superexploração da força de trabalho e ampliar a acumulação capitalista (Netto, 2014).

Nesse contexto, Marini desenvolveu o conceito de subimperialismo, utilizado para explicar o papel assumido pelo Brasil na América Latina durante o período da ditadura militar. Segundo o autor, o Brasil passou a exercer uma função intermediária no sistema capitalista internacional, atuando regionalmente como potência subordinada aos interesses do imperialismo norte-americano. O subimperialismo brasileiro manifestava-se tanto na expansão econômica regional quanto na atuação política e militar alinhada aos interesses dos Estados Unidos (Marini, 1977).

As críticas de Marini ao desenvolvimentismo também anteciparam debates contemporâneos sobre neoliberalismo, financeirização e precarização do trabalho. A partir das décadas de 1980 e 1990, a América Latina passou por intensos processos de abertura econômica, privatização e desregulamentação financeira, aprofundando a dependência em relação ao capital internacional. Muitos estudiosos identificam que as transformações neoliberais reforçaram mecanismos já analisados pela Teoria Marxista da Dependência, como a vulnerabilidade externa,

a reprimarização econômica e a superexploração laboral (Carcanholo, 2011).

Autores contemporâneos têm ressaltado a atualidade das críticas marinianas diante das novas configurações do capitalismo global. A persistência da desigualdade social, da concentração de renda e da precarização do trabalho no Brasil evidencia que o crescimento econômico não resultou necessariamente em desenvolvimento social amplo. Além disso, a dependência tecnológica e financeira continua limitando a soberania econômica nacional em um contexto marcado pela hegemonia do capital financeiro internacional (Osorio, 2018).

Logo, observa-se que a relevância do pensamento de Marini também se manifesta na crítica às interpretações que atribuem o subdesenvolvimento apenas a problemas internos de gestão econômica ou atraso institucional. Para o autor, a dependência constitui uma relação estrutural inserida na lógica de funcionamento do capitalismo mundial. Assim, as desigualdades entre países centrais e periféricos não decorrem de insuficiências temporárias, mas da própria dinâmica de acumulação capitalista em escala global (Marini, 2005).

Capítulo 5

A ATUALIDADE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO



O debate acerca da atualidade da Teoria da Dependência no Brasil contemporâneo revela a permanência de importantes contradições estruturais identificadas pelos teóricos marxistas latino-americanos ao longo do século XX. Embora o cenário econômico internacional tenha passado por profundas transformações decorrentes da globalização financeira, da revolução tecnológica e da reorganização produtiva mundial, diversos elementos centrais da dependência permanecem presentes na realidade brasileira. A vulnerabilidade externa, a reprimarização da pauta exportadora, a dependência tecnológica e financeira e a persistência das desigualdades sociais demonstram que o desenvolvimento econômico nacional continua condicionado pelas estruturas do capitalismo global. Nesse sentido, as formulações de Ruy Mauro Marini mantêm significativa relevância analítica para compreender os limites históricos do desenvolvimento brasileiro e as novas formas assumidas pela dependência no século XXI.

A expansão das políticas neoliberais a partir das décadas de 1990 e 2000 intensificou processos de abertura econômica, desregulamentação financeira e flexibilização das relações de trabalho, aprofundando mecanismos já analisados pela TMD. A crescente internacionalização da economia brasileira ampliou a influência do capital financeiro internacional sobre as decisões econômicas nacionais, reduzindo a capacidade do Estado de promover políticas autônomas de desenvolvimento. Paralelamente, a precarização do trabalho, o aumento da informalidade e a ampliação das desigualdades sociais evidenciam a permanência de mecanismos de superexploração da força de trabalho, categoria central desenvolvida por Marini para explicar as especificidades do capitalismo dependente latino-americano (Marini, 1973). Assim, o crescimento econômico observado em determinados períodos não foi acompanhado pela superação das estruturas históricas de exclusão social e concentração de renda.

Dessa forma, discutir a atualidade da Teoria da Dependência no Brasil contemporâneo implica analisar como as transformações recentes do capitalismo global reproduzem, sob novas configurações, relações históricas de subordinação econômica e social. A financeirização da economia, a dependência tecnológica, a reprimarização produtiva e a inserção subordinada do Brasil no mercado internacional reforçam a importância das categorias formuladas por Marini e outros autores dependentistas para interpretar os desafios contemporâneos do desenvolvimento nacional. Nesse contexto, o presente capítulo propõe refletir sobre as permanências e reconfigurações da dependência no Brasil atual, examinando os impactos do neoliberalismo, da globalização e das transformações do mundo do trabalho sobre a economia e a sociedade brasileira.

DEPENDÊNCIA FINANCEIRA E GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

A intensificação da globalização econômica nas últimas décadas produziu profundas transformações nas relações econômicas internacionais, especialmente nos países periféricos do capitalismo. No caso da América Latina e, particularmente, do Brasil, esse processo esteve associado à ampliação da dependência financeira, ao fortalecimento do capital internacional e à crescente vulnerabilidade das economias nacionais diante das dinâmicas dos mercados globais. Nesse contexto, as formulações da TMD permanecem fundamentais para compreender as contradições do capitalismo contemporâneo, sobretudo diante da expansão do capital financeiro e da consolidação de mecanismos de subordinação econô-

mica cada vez mais complexos.

A globalização econômica pode ser entendida como um processo de integração mundial dos mercados financeiros, produtivos e comerciais, impulsionado pelos avanços tecnológicos, pela liberalização econômica e pela expansão das corporações transnacionais. Segundo Harvey (2005), a globalização representa uma etapa do desenvolvimento capitalista marcada pela intensificação da acumulação flexível, pela reorganização espacial da produção e pela crescente centralidade do capital financeiro nas dinâmicas econômicas internacionais. Tal processo aprofundou as assimetrias entre países centrais e periféricos, reforçando estruturas históricas de dependência.

No âmbito latino-americano, a globalização econômica ocorreu de maneira subordinada, uma vez que as economias da região foram integradas ao mercado internacional sob condições desiguais de competitividade e financiamento. Para Chesnais (1996), a mundialização do capital consolidou um modelo econômico fortemente orientado pela financeirização, caracterizado pela predominância dos fluxos especulativos, pela liberalização dos mercados financeiros e pela crescente autonomia do capital financeiro em relação à produção material. Esse cenário contribuiu para ampliar a vulnerabilidade externa dos países periféricos, especialmente daqueles historicamente marcados pela dependência estrutural.

A dependência financeira manifesta-se, sobretudo, pela necessidade constante de captação de recursos externos para financiar déficits públicos, equilibrar balanças de pagamento e sustentar investimentos internos. Tal condição torna os países periféricos extremamente sensíveis às oscilações dos mercados internacionais, às políticas monetárias das economias centrais e às decisões dos grandes agentes financeiros globais. Segundo Fiori (1997), a integração subordinada ao sistema financeiro internacional impõe severas restrições à autonomia econômica dos Estados nacionais, limitando sua capacidade de formular políticas de desenvolvimento independentes.

No caso brasileiro, a dependência financeira intensificou-se principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, período marcado pela crise da dívida externa e pela adoção de políticas neoliberais. A crise da dívida latino-americana revelou os limites do modelo de desenvolvimento baseado no endividamento externo e na industrialização dependente. Conforme argumenta Tavares (1998), o aumento abrupto das taxas de juros internacionais, associado à valorização do dólar, produziu uma profunda crise econômica nos países periféricos, resultando em recessão, inflação elevada e crescimento da vulnerabilidade externa.

A partir da década de 1990, diversos países latino-americanos passaram a implementar reformas estruturais inspiradas nas diretrizes do chamado Consenso de Washington. Essas reformas incluíram privatizações, abertura comercial, desregulamentação financeira e redução da participação do Estado na economia. Segundo Bresser-Pereira (2010), tais medidas promoveram uma inserção passiva das economias periféricas na globalização, ampliando a dependência em relação ao capital estrangeiro e enfraquecendo a capacidade produtiva nacional.

Nesse contexto, a financeirização tornou-se um dos principais mecanismos de reprodução da dependência contemporânea. Para Braga (1997), a financeirização corresponde à predominância da lógica financeira sobre a dinâmica produtiva, subordinando investimentos, políticas econômicas e relações de trabalho aos interesses do capital especulativo. Esse processo intensificou a transferência

de riqueza das economias periféricas para os grandes centros financeiros internacionais, aprofundando desigualdades sociais e limitações estruturais ao desenvolvimento.

As análises de Ruy Mauro Marini permanecem particularmente relevantes para compreender esse cenário. Embora suas formulações tenham sido elaboradas em um contexto anterior à consolidação da globalização neoliberal, muitos de seus conceitos permitem interpretar as transformações recentes do capitalismo dependente. O autor argumentava que a dependência constitui uma relação estrutural de subordinação entre economias centrais e periféricas, sustentada pela transferência contínua de valor e pela superexploração da força de trabalho (Marini, 2005).

Na contemporaneidade, a dependência financeira pode ser compreendida como uma nova manifestação dessa lógica estrutural. A necessidade de atrair investimentos estrangeiros e garantir a confiança dos mercados financeiros internacionais leva os países periféricos a adotarem políticas monetárias restritivas, elevadas taxas de juros e programas de austeridade fiscal. Segundo Paulani (2008), tais medidas favorecem a rentabilidade do capital financeiro, mas comprometem investimentos produtivos, políticas sociais e estratégias de desenvolvimento de longo prazo.

Além disso, a liberalização financeira ampliou significativamente a mobilidade internacional do capital, reduzindo a capacidade dos Estados nacionais de controlar fluxos financeiros e proteger suas economias de crises especulativas. Como observa Chesnais (1996), os mercados financeiros globais operam segundo uma lógica altamente instável e concentradora, na qual os países periféricos ocupam posição subordinada e vulnerável. Essa instabilidade tornou-se evidente em episódios como a crise mexicana de 1994, a crise asiática de 1997 e a crise financeira global de 2008, que afetaram severamente economias dependentes em diferentes regiões do mundo.

No Brasil, os impactos da globalização financeira também podem ser observados no processo de reprimarização econômica ocorrido nas últimas décadas. Apesar do crescimento de alguns setores industriais ao longo do século XX, a economia brasileira voltou a apresentar forte dependência da exportação de commodities agrícolas e minerais. Segundo Gonçalves (2013), esse movimento reforçou a vulnerabilidade externa do país, uma vez que sua inserção internacional passou a depender crescentemente das oscilações dos preços internacionais de produtos primários.

A reprimarização econômica relaciona-se diretamente à lógica da dependência, pois limita a capacidade de agregação de valor e fortalece a especialização produtiva subordinada. Além disso, a predominância das exportações de commodities intensifica processos de desindustrialização e precarização do trabalho, comprometendo a soberania econômica nacional. Nesse sentido, a globalização neoliberal aprofundou características históricas do capitalismo dependente brasileiro, em vez de superá-las.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação das instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, na formulação de políticas econômicas nos países periféricos. Segundo Stiglitz (2002), essas instituições frequentemente impõem programas de ajuste estrutural condicionados à adoção de políticas de austeridade, liberalização econômica e redução dos gastos públicos.

Tais medidas contribuem para limitar a autonomia dos Estados nacionais e reforçar a dependência financeira em relação aos mercados internacionais.

No plano social, os efeitos da dependência financeira e da globalização econômica manifestam-se por meio do aumento das desigualdades, da precarização das relações de trabalho e da fragilização das políticas sociais. A busca pela competitividade internacional leva à flexibilização trabalhista, à redução de direitos sociais e à intensificação da exploração da força de trabalho. Conforme argumenta Antunes (2018), o capitalismo contemporâneo caracteriza-se pela ampliação da precarização laboral e pela expansão de formas instáveis de emprego, especialmente nas economias periféricas.

Além disso, a hegemonia do capital financeiro influencia diretamente as prioridades das políticas públicas nacionais. Em muitos casos, os governos priorizam o equilíbrio fiscal e o pagamento da dívida pública em detrimento de investimentos em saúde, educação e infraestrutura. Tal dinâmica contribui para aprofundar desigualdades sociais históricas e comprometer projetos de desenvolvimento econômico mais autônomos e inclusivos.

Diante desse cenário, diversos autores contemporâneos defendem a necessidade de retomada do debate sobre dependência e soberania econômica na América Latina. Para Osorio (2018), as transformações recentes do capitalismo global não eliminaram as estruturas da dependência, mas produziram novas formas de subordinação associadas à financeirização e à globalização neoliberal. Assim, a Teoria Marxista da Dependência continua oferecendo instrumentos analíticos relevantes para compreender os desafios enfrentados pelas economias periféricas no século XXI.

NEOLIBERALISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

A consolidação do neoliberalismo no Brasil provocou profundas transformações nas relações de trabalho, na estrutura produtiva e nas políticas sociais, contribuindo para a ampliação da precarização laboral e para o aprofundamento das desigualdades sociais. Inserido em um contexto de reestruturação do capitalismo global a partir das últimas décadas do século XX, o neoliberalismo representou não apenas um conjunto de políticas econômicas voltadas à liberalização dos mercados, mas também um projeto político e ideológico destinado à redefinição do papel do Estado e à flexibilização das garantias trabalhistas historicamente conquistadas pela classe trabalhadora. Nesse cenário, as formulações da TMD, especialmente as contribuições de Ruy Mauro Marini, tornam-se fundamentais para compreender as especificidades da precarização do trabalho nas economias dependentes, como o Brasil.

O neoliberalismo emerge internacionalmente em meio à crise estrutural do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980, período marcado pela desaceleração do crescimento econômico, pela crise do modelo fordista de produção e pela redução das taxas de lucro do capital industrial. Segundo David Harvey, o neoliberalismo constituiu uma estratégia de recomposição da acumulação capitalista mediante a desregulamentação econômica, a privatização dos serviços públicos e a flexibilização das relações trabalhistas (Harvey, 2008). Tal modelo difundiu-se globalmente a partir das experiências dos governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, consolidando posteriormen-

te políticas econômicas orientadas pelo chamado Consenso de Washington.

No Brasil, a implementação das políticas neoliberais intensificou-se sobretudo a partir da década de 1990, durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. A abertura comercial, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação financeira e a flexibilização do mercado de trabalho passaram a constituir elementos centrais da política econômica brasileira. Essas medidas estavam articuladas à inserção subordinada do país na dinâmica da globalização neoliberal, aprofundando a dependência econômica e financeira em relação ao capital internacional (Antunes, 2009).

A flexibilização das relações trabalhistas tornou-se um dos principais instrumentos do neoliberalismo para ampliar a competitividade econômica e reduzir os custos da força de trabalho. Nesse contexto, observou-se a expansão de formas de contratação mais instáveis e desprovidas de proteção social, como terceirização, trabalho temporário, informalidade e contratos intermitentes. Segundo Ricardo Antunes, a precarização do trabalho constitui uma das expressões mais evidentes da reestruturação produtiva contemporânea, marcada pela fragmentação das relações laborais e pela intensificação da exploração da força de trabalho (Antunes, 2018).

No caso brasileiro, a precarização laboral manifesta-se de maneira particularmente intensa em razão das características históricas do capitalismo dependente. Conforme argumenta Ruy Mauro Marini, as economias periféricas compensam sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho mediante mecanismos de superexploração da força de trabalho, caracterizados pela ampliação da jornada laboral, pela intensificação do ritmo produtivo e pela remuneração abaixo do valor necessário à reprodução do trabalhador (Marini, 2005). Assim, a precarização contemporânea do trabalho no Brasil não representa um fenômeno novo, mas a atualização histórica de mecanismos estruturais de exploração próprios do capitalismo dependente.

A reestruturação produtiva iniciada nas últimas décadas do século XX aprofundou significativamente essas dinâmicas. A incorporação de novas tecnologias, a automação industrial e a adoção de modelos flexíveis de produção alteraram profundamente a organização do trabalho. Inspiradas no modelo toyotista, as empresas passaram a exigir maior produtividade, polivalência e flexibilidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que reduziram direitos e ampliaram formas precárias de contratação (Alves, 2011). Nesse processo, verificou-se o crescimento do desemprego estrutural e da insegurança laboral, especialmente entre jovens, mulheres e trabalhadores periféricos.

A terceirização tornou-se um dos principais mecanismos de precarização do trabalho no Brasil. Inicialmente restrita às atividades-meio, a terceirização expandiu-se progressivamente para diversos setores econômicos, resultando na fragmentação das categorias profissionais e no enfraquecimento da organização sindical. Estudos demonstram que trabalhadores terceirizados frequentemente recebem salários inferiores, possuem jornadas mais extensas e estão mais expostos a acidentes de trabalho quando comparados aos empregados contratados diretamente (Druck, 2013). A aprovação da Lei nº 13.429/2017 e posteriormente da Reforma Trabalhista de 2017 ampliou ainda mais as possibilidades de terceirização e flexibilização contratual.

A Reforma Trabalhista promovida pela Lei nº 13.467/2017 constitui um marco

fundamental do aprofundamento neoliberal no Brasil contemporâneo. Justificada sob o argumento de modernização das relações de trabalho e geração de empregos, a reforma alterou significativamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), flexibilizando direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Entre as principais mudanças destacam-se a prevalência do negociado sobre o legislado, a regulamentação do trabalho intermitente e a ampliação das formas de terceirização. Para diversos pesquisadores, tais medidas contribuíram para ampliar a insegurança laboral e fragilizar a proteção social dos trabalhadores (Krein; Biavaschi; Teixeira, 2018).

Além disso, a expansão da informalidade constitui outra dimensão central da precarização do trabalho no Brasil. Historicamente presente na formação econômica brasileira, o trabalho informal intensificou-se em meio às transformações neoliberais e à incapacidade do mercado formal de absorver amplos contingentes da população economicamente ativa. Segundo dados recentes do IBGE, milhões de trabalhadores brasileiros permanecem inseridos em atividades informais, sem acesso a direitos trabalhistas, previdência social e estabilidade econômica. Tal realidade evidencia a permanência de estruturas de exclusão social e vulnerabilidade características do capitalismo dependente.

Nas últimas décadas, o avanço das plataformas digitais e da chamada economia de aplicativos aprofundou novas formas de precarização laboral. Motoristas de aplicativos, entregadores e trabalhadores de plataformas digitais passaram a compor uma nova fração da classe trabalhadora submetida a relações laborais marcadas pela ausência de direitos, pela instabilidade de renda e pelo controle algorítmico do trabalho. Conforme destaca Slee (2017), as plataformas digitais frequentemente ocultam relações tradicionais de exploração sob discursos de empreendedorismo e autonomia individual. No Brasil, a expansão desse modelo intensificou-se especialmente após a crise econômica de 2015 e durante a pandemia de COVID-19.

A precarização do trabalho também possui impactos significativos sobre a saúde física e mental dos trabalhadores. A intensificação das jornadas, a insegurança ocupacional e a pressão por produtividade contribuem para o aumento de doenças ocupacionais, transtornos psicológicos e adoecimento laboral. Estudos recentes apontam crescimento expressivo de casos de ansiedade, depressão e síndrome de burnout associados às transformações contemporâneas do mundo do trabalho (Dejours, 2015). Nesse sentido, a precarização não se restringe à dimensão econômica, mas afeta profundamente as condições de vida e reprodução social da classe trabalhadora.

Do ponto de vista da TMD, a precarização do trabalho no Brasil deve ser compreendida como expressão estrutural da inserção subordinada do país no capitalismo global. Antunes (2009) argumenta que a dependência econômica impõe limites ao desenvolvimento autônomo das forças produtivas e estimula estratégias de acumulação baseadas na redução dos custos do trabalho e na intensificação da exploração laboral. Assim, o neoliberalismo não elimina as estruturas históricas da dependência, mas as reconfigura em novas formas de subordinação econômica e social.

Além disso, o enfraquecimento das organizações sindicais constitui um dos efeitos mais relevantes das transformações neoliberais. A fragmentação das categorias profissionais, o crescimento da informalidade e as reformas trabalhistas

reduziram a capacidade de mobilização coletiva dos trabalhadores, dificultando a resistência às políticas de flexibilização. Segundo Antunes (2018), a ofensiva neoliberal busca não apenas reestruturar economicamente o trabalho, mas também enfraquecer politicamente a classe trabalhadora enquanto sujeito coletivo.

Apesar desse cenário, observa-se o surgimento de novas formas de organização e resistência social. Movimentos de trabalhadores de aplicativos, mobilizações sindicais e reivindicações por direitos trabalhistas demonstram que a precarização do trabalho também produz formas de contestação política e social. Essas mobilizações evidenciam as contradições do capitalismo contemporâneo e recolocam no debate público questões relacionadas à proteção social, à dignidade do trabalho e à desigualdade estrutural.

A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SÉCULO XXI

Segundo Marini (2005), a superexploração da força de trabalho ocorre quando o trabalhador é remunerado abaixo do valor necessário para a reposição normal de sua capacidade de trabalho. Diferentemente da exploração típica do capitalismo central, baseada prioritariamente no aumento da produtividade por meio do avanço tecnológico, o capitalismo dependente recorre à intensificação da exploração humana como mecanismo compensatório de sua inserção subordinada no mercado mundial. Para o autor, a superexploração manifesta-se principalmente por três mecanismos: a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada laboral e a redução do consumo operário abaixo de seus limites normais de reprodução.

A formulação de Marini parte diretamente da teoria do valor desenvolvida por Karl Marx, especialmente da análise da produção da mais-valia no modo de produção capitalista. Em Marx (2013), a exploração da força de trabalho constitui elemento essencial da acumulação capitalista, uma vez que o capitalista se apropria do excedente produzido pelo trabalhador. Entretanto, Marini amplia essa interpretação ao demonstrar que, nas economias dependentes, a necessidade de compensar perdas decorrentes da transferência de valor para os países centrais leva à adoção de formas mais intensas e degradantes de exploração laboral.

No século XXI, a dinâmica da globalização neoliberal aprofundou significativamente os mecanismos de superexploração. As transformações produtivas decorrentes da reestruturação do capitalismo mundial promoveram flexibilização das relações de trabalho, enfraquecimento dos direitos trabalhistas e expansão de formas precárias de ocupação. A disseminação do trabalho informal, terceirizado e intermitente revela a permanência de estratégias de acumulação baseadas na compressão salarial e na intensificação da exploração da força de trabalho, especialmente nos países periféricos (Antunes, 2018).

Nesse contexto, a financeirização da economia desempenha papel central na ampliação da superexploração contemporânea. O predomínio do capital financeiro internacional intensificou as pressões por redução de custos produtivos e aumento das taxas de lucro, promovendo políticas de austeridade fiscal, desregulamentação trabalhista e privatização de serviços públicos. Como consequência, os trabalhadores passaram a enfrentar maior insegurança laboral, redução de direitos sociais e deterioração das condições de vida. Para Chesnais (1996), a mundialização financeira reorganizou a lógica da acumulação capitalista, su-

bordinando as economias nacionais aos interesses do capital especulativo e ampliando a vulnerabilidade das economias periféricas.

No caso brasileiro, a superexploração da força de trabalho assume características particularmente intensas. A histórica desigualdade social, associada à concentração de renda e à fragilidade das políticas de proteção social, contribui para a reprodução de relações laborais marcadas pela precarização e pela informalidade. Segundo dados recentes do IBGE, parcela significativa da população economicamente ativa encontra-se inserida em atividades informais ou em ocupações de baixa remuneração, frequentemente desprovidas de garantias trabalhistas e previdenciárias.

A reforma trabalhista aprovada no Brasil em 2017 representa um importante exemplo do aprofundamento contemporâneo da superexploração. A flexibilização das normas trabalhistas, a ampliação da terceirização e a institucionalização do trabalho intermitente contribuíram para aumentar a insegurança ocupacional e reduzir o poder de negociação dos trabalhadores. Diversos estudos apontam que tais medidas favoreceram a intensificação da precarização laboral sem promover melhorias significativas nos níveis de emprego ou crescimento econômico (Druck, 2021).

Além disso, o avanço das plataformas digitais e da chamada “uberização” do trabalho introduziu novas formas de exploração laboral no século XXI. Trabalhadores vinculados a aplicativos de transporte, entrega e prestação de serviços frequentemente exercem jornadas extensas, recebem remunerações variáveis e assumem integralmente os custos de sua atividade laboral. Embora formalmente classificados como autônomos, esses trabalhadores encontram-se submetidos a mecanismos rígidos de controle algorítmico e elevada instabilidade econômica. Para Slee (2017), as plataformas digitais consolidam formas contemporâneas de precarização que transferem riscos econômicos aos trabalhadores e ampliam a vulnerabilidade social.

A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais as contradições estruturais do capitalismo dependente e a centralidade da superexploração da força de trabalho. Durante a crise sanitária, milhões de trabalhadores periféricos permaneceram expostos a condições inseguras de trabalho, sem acesso adequado à proteção social ou à possibilidade de isolamento. Nos países latino-americanos, os impactos da pandemia foram agravados pela informalidade estrutural, pela insuficiência das políticas públicas e pelas desigualdades históricas associadas ao capitalismo dependente (Cepal, 2021).

A persistência da superexploração também está relacionada às transformações tecnológicas contemporâneas. Embora o avanço tecnológico tenha ampliado a produtividade em diversos setores econômicos, seus benefícios permanecem distribuídos de maneira profundamente desigual. Nas economias periféricas, a incorporação subordinada de tecnologias frequentemente ocorre acompanhada de desemprego estrutural, intensificação do ritmo de trabalho e ampliação da precarização laboral. Assim, a automação e a digitalização não eliminam a exploração do trabalho, mas podem reforçar mecanismos de subordinação e exclusão social (Harvey, 2011).

No Brasil e em outros países latino-americanos, mulheres, populações negras e grupos historicamente marginalizados encontram-se mais expostos às formas precárias de trabalho e às menores remunerações. O legado colonial e escravista

das sociedades latino-americanas contribui para a manutenção de hierarquias sociais que aprofundam desigualdades no mercado de trabalho. Conforme argumenta Gonzalez (2020), as relações entre raça, gênero e classe constituem elementos estruturantes da exploração capitalista nas sociedades periféricas.

A superexploração contemporânea também se manifesta na crescente deterioração da saúde física e mental dos trabalhadores. Jornadas excessivas, insegurança econômica, metas produtivas abusivas e ausência de estabilidade ocupacional contribuem para o aumento de doenças ocupacionais, transtornos psicológicos e sofrimento social. Para Dejours (1992), a organização capitalista do trabalho produz mecanismos permanentes de desgaste físico e emocional, intensificados em contextos marcados pela precarização e pelo desemprego estrutural.

Do ponto de vista político, a permanência da superexploração revela os limites estruturais do desenvolvimento capitalista dependente. Mesmo diante de períodos de crescimento econômico, as economias periféricas frequentemente mantêm elevados índices de desigualdade social, informalidade e concentração de renda. Isso demonstra que o crescimento econômico, por si só, não garante superação das estruturas históricas da dependência. Conforme enfatiza Marini (2005), o capitalismo dependente reproduz desenvolvimento econômico associado simultaneamente à ampliação da exploração social.

Nesse sentido, diversos autores contemporâneos têm retomado a Teoria Marxista da Dependência para interpretar as transformações recentes do capitalismo global. Osorio (2017), Traspadini e Stedile (2011) argumentam que as categorias desenvolvidas por Marini permanecem fundamentais para compreender as dinâmicas atuais de exploração do trabalho na América Latina. A permanência da dependência tecnológica, financeira e produtiva demonstra que os mecanismos estruturais analisados pela teoria da dependência continuam presentes nas economias periféricas do século XXI.

Portanto, a superexploração da força de trabalho permanece como elemento central para a compreensão do capitalismo contemporâneo nas sociedades dependentes. As transformações promovidas pela globalização neoliberal, pela financeirização e pela reestruturação produtiva não eliminaram as formas históricas de exploração descritas por Marini; ao contrário, contribuíram para sua renovação e aprofundamento. A precarização laboral, a informalidade estrutural, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a intensificação das desigualdades sociais demonstram que o capitalismo dependente continua fundamentado em mecanismos extraordinários de exploração humana.

Capítulo 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A presente monografia teve como objetivo analisar a Teoria da Dependência a partir do pensamento de Ruy Mauro Marini, destacando suas contribuições para a compreensão da formação histórica do capitalismo dependente brasileiro e das contradições estruturais presentes na América Latina. Ao longo do estudo, buscou-se demonstrar que a dependência econômica não representa um fenômeno circunstancial ou transitório, mas uma condição estrutural produzida historicamente pela inserção subordinada das economias periféricas no sistema capitalista mundial.

Inicialmente, observou-se que a formação do capitalismo latino-americano esteve profundamente vinculada ao processo de colonização e à expansão do capitalismo europeu. A inserção da América Latina na economia internacional ocorreu de maneira subordinada, baseada na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas destinados aos interesses das metrópoles coloniais e, posteriormente, das potências industriais centrais. Essa dinâmica contribuiu para consolidar estruturas econômicas dependentes, caracterizadas pela concentração fundiária, pela desigualdade social e pela vulnerabilidade externa.

Ao analisar o desenvolvimento histórico do capitalismo dependente, verificou-se que os processos de industrialização ocorridos ao longo do século XX, embora tenham promovido certa modernização econômica, não romperam com as bases estruturais da dependência. Pelo contrário, a industrialização latino-americana ocorreu de forma articulada ao capital internacional, mantendo a subordinação tecnológica, financeira e produtiva das economias periféricas. Nesse contexto, a Teoria Marxista da Dependência surgiu como uma importante crítica às interpretações desenvolvimentistas que concebiam o subdesenvolvimento apenas como uma etapa anterior ao desenvolvimento capitalista.

O estudo evidenciou que Ruy Mauro Marini desempenhou papel fundamental na formulação dessa perspectiva crítica, especialmente ao desenvolver categorias analíticas capazes de explicar as especificidades do capitalismo dependente latino-americano. Entre suas principais contribuições destaca-se o conceito de superexploração da força de trabalho, compreendido como mecanismo estrutural de compensação das perdas sofridas pelas economias periféricas na dinâmica do mercado mundial. Para Marini, o capitalismo dependente sustenta-se por meio da intensificação da exploração dos trabalhadores, seja pela ampliação da jornada de trabalho, pela intensificação do ritmo produtivo ou pela remuneração inferior ao valor necessário para a reprodução da força de trabalho.

Ao longo desta pesquisa, verificou-se que a categoria da superexploração permanece extremamente atual para compreender as transformações do capitalismo contemporâneo. As mudanças promovidas pela globalização neoliberal, pela financeirização da economia e pela reestruturação produtiva intensificaram formas precárias de trabalho e ampliaram as desigualdades sociais nas economias periféricas. No Brasil, fenômenos como a informalidade estrutural, a terceirização, a flexibilização das leis trabalhistas e a expansão do trabalho por plataformas digitais demonstram a permanência de mecanismos de exploração semelhantes àqueles analisados por Marini nas décadas de 1960 e 1970.

Outro aspecto relevante abordado neste trabalho refere-se ao conceito de subimperialismo desenvolvido por Marini para interpretar o papel desempenhado pelo Brasil no contexto latino-americano. A análise demonstrou que, mesmo ocupando posição subordinada em relação aos países centrais, o Brasil passou a

exercer influência econômica e política regional, reproduzindo internamente e externamente dinâmicas de dominação associadas ao capitalismo internacional. Essa interpretação contribui significativamente para compreender as relações internacionais brasileiras e os limites estruturais do desenvolvimento nacional.

A pesquisa também permitiu identificar que as formulações de Marini continuam fundamentais para analisar os desafios enfrentados pelo Brasil no século XXI. A persistência da dependência tecnológica, financeira e produtiva evidencia que as economias periféricas permanecem condicionadas às necessidades de acumulação do capital internacional. Além disso, a reprimarização econômica, a vulnerabilidade diante das crises globais e a crescente concentração de renda demonstram que o desenvolvimento brasileiro continua marcado por profundas contradições estruturais.

Do ponto de vista social, observou-se que o capitalismo dependente brasileiro mantém padrões históricos de desigualdade e exclusão. A precarização das relações de trabalho, a insuficiência das políticas de proteção social e as desigualdades raciais e regionais revelam que o crescimento econômico não tem sido acompanhado por efetiva democratização das condições de vida da população. Nesse sentido, a Teoria Marxista da Dependência oferece importantes instrumentos analíticos para compreender as relações entre desenvolvimento capitalista, exploração do trabalho e desigualdade social.

Outro elemento importante destacado ao longo do estudo refere-se à atualidade do pensamento crítico latino-americano. Em um cenário marcado pela intensificação das crises econômicas, ambientais e sociais do capitalismo global, a retomada das formulações da Teoria da Dependência revela-se essencial para compreender os limites dos modelos econômicos adotados nas economias periféricas. As reflexões de Ruy Mauro Marini demonstram que a superação da dependência não depende apenas do crescimento econômico ou da industrialização, mas exige transformações estruturais profundas nas relações econômicas, sociais e políticas.

Destarte, conclui-se que o pensamento de Ruy Mauro Marini permanece extremamente relevante para a interpretação da realidade brasileira e latino-americana contemporânea. Sua obra oferece uma análise crítica das formas de inserção subordinada das economias periféricas no capitalismo mundial, evidenciando os mecanismos de exploração e dominação que sustentam o desenvolvimento dependente.

Em epítome, mais do que uma interpretação histórica, a Teoria Marxista da Dependência constitui uma importante ferramenta teórica para compreender os desafios atuais relacionados à soberania econômica, à justiça social e às possibilidades de emancipação dos povos latino-americanos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial*. Revista *Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 188-197, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2019.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: UNESP, 2013.
- BORÓN, Atilio. *América Latina na geopolítica do imperialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 195-242, 1997.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Globalização e competição*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência, superexploração do trabalho e crise estrutural do capital. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 70-79, 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo e dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DOS SANTOS, Theotonio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DRUCK, Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- EVANS, Peter. *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4.

- ed. São Paulo: Global, 2009.
- FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FRANK, Andre Gunder. *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FRANK, Andre Gunder. *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- KATZ, Claudio. *A teoria da dependência 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo: estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LENIN, Vladimir Ilyich. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LOWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MARINI, Ruy Mauro. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Cuadernos Políticos, Ciudad de México, n. 12, p. 21-39, 1977.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2011.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

- NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2018.
- PAULANI, Leda Maria. Brasil Delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos governos Lula. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 5-21, 2008.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*. Santiago: CEPAL, 1949.
- PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, 2012.
- SANTOS, Theotonio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- SINGER, Paul. *A crise do "milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017.
- STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- STIGLITZ, Joseph. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.
- SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*. São Paulo: Elefante, 2019.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- VALENCIA, Adrián Sotelo. *Subdesenvolvimento e trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acumulação de capital, 19-22, 29
América Latina, 12-13, 16-25, 36-49, 67-76
Análise crítica, 12, 40-46

B

Brasil, 12-14, 25-31, 53-64, 67-76
Burguesia nacional, 18, 27-28

C

Capital internacional, 12, 17, 21, 27, 68-70
Capitalismo dependente, 12-14, 16-18, 27-31, 43-46
Capitalismo periférico, 12, 43-46
Centro e periferia, 13, 46-49
Colonialismo, 16, 22-24
Comércio internacional, 24-25
Crítica ao desenvolvimentismo, 40-42, 63-66

D

Dependência econômica, 12-13, 18, 29-32, 59-62, 68-70
Desenvolvimento brasileiro, 25-31, 63-66
Desenvolvimento desigual, 16-18, 46-49
Divisão internacional do trabalho, 12, 17, 23-24, 43-46

E

Economia mundial, 16-17, 22-25, 46-49
Exploração do trabalho, 13, 21, 43-45, 56-58

F

Financeirização, 13, 68-70
Força de trabalho, 13, 21, 56-58, 74-76

G

Globalização econômica, 13, 68-70
Guerra Fria, 12

I

Imperialismo, 18-22, 43-46, 59-62
Industrialização brasileira, 17, 25-29
Industrialização dependente, 25-29
Inserção periférica, 16-18, 22-25

M

Marxismo latino-americano, 14, 36-40
Modernização conservadora, 28
Movimento desenvolvimentista, 40-42

N

Neoliberalismo, 13, 22, 71-73

P

Pensamento crítico latino-americano, 40-42
Precarização do trabalho, 13, 71-76

R

Relação centro-periferia, 46-49
Ruy Mauro Marini, 12-14, 36-39, 53-66

S

Sistema capitalista mundial, 16-22, 46-49
Subdesenvolvimento, 12, 29-32, 40-42
Subimperialismo, 13, 59-62
Superexploração da força de trabalho, 13, 17, 21, 56-58, 74-76

T

Teoria da Dependência, 12-14, 17-18, 29-32, 36-49, 67-76
Teoria Marxista da Dependência, 13-14, 36-49
Transferência de valor, 21, 24, 44-45

V

Vulnerabilidade externa, 13, 18, 25, 68-70

A Teoria da Dependência e o Brasil: o pensamento de Ruy Mauro Marini apresenta uma análise crítica das relações de dependência econômica que marcaram a formação histórica da América Latina e, particularmente, do Brasil. Fundamentada na Teoria Marxista da Dependência, a obra discute conceitos centrais desenvolvidos por Ruy Mauro Marini, como superexploração da força de trabalho e subimperialismo, examinando sua relevância para compreender as desigualdades sociais, a inserção periférica do país na economia mundial e os desafios contemporâneos do desenvolvimento brasileiro.

ISBN 978-65-84364-46-2



9 786584 364462 >

